



Impactos da demanda chinesa por soja e carne na América do Sul

Foto: Fábio Nascimento



Sumário

BOOM DA CARNE

- Demanda chinesa por carne brasileira aumenta riscos de desmatamento | 4
 - Desmatamento na Amazônia é pressionado por soja e carne | 7
 - Crise climática ameaça modelo produtivo da América Latina | 10
- Consumidores chineses ignoram recomendações de comer menos carne | 13
 - Consumo de carne ameaça compromissos climáticos internacionais | 16
- Bolívia comemora exportação de carne para a China, mas teme desmatamento | 19
 - Será que o gado criado em florestas é melhor para o meio ambiente? | 22
- Os substitutos da carne podem reduzir a pegada ambiental da China na América Latina? | 24

SURTO DA SOJA

- Demanda chinesa por soja ligada a 223 mil hectares de desmatamento no Brasil | 27
 - Guerra fiscal assusta ambientalistas no Brasil | 29
 - Soja aumenta desmatamento na Argentina | 32
- Demanda chinesa por soja empurra rota do agronegócio para Amazônia | 35
- Conflito entre megaporto China-Brasil e comunidade tradicional se agrava | 38
- Será que os bancos de Pequim podem zerar o desmatamento nas florestas sul-americanas? | 42
 - Será que a chufa pode solucionar a crise da soja na China? | 45
- Hábitos de consumo de chineses são elemento chave para agricultura sustentável no Brasil | 48

Mensagem da Editora:

Pouquíssimas imagens conseguiram atrair o mesmo nível de atenção e reprovação da mídia global, recentemente, do que as que mostravam incêndios florestais consumindo a Amazônia durante os meses de agosto e setembro de 2019.

Enquanto as chamas destruíam partes da floresta, o presidente francês Emmanuel Macron estava entre as autoridades que expressaram publicamente a sua indignação. Jair Bolsonaro, por outro lado, foi vigoroso na defesa do direito do país desenvolver a sua porção da Amazônia – onde há desde a extração ilegal da madeira até atividades ilegais de mineração e pecuária – da forma como achasse melhor.

É possível que as queimadas tenham reacendido um acalorado debate internacional sobre a gestão dos recursos soberanos e a responsabilidade de limitar as emissões que causam mudanças climáticas. Elas também ajudaram a jogar luz sobre o papel complexo que os produtores e consumidores de commodities agrícolas sul-americanas desempenham no desmatamento nos biomas mais sensíveis da região.

Flagrantemente ausente do coro de vozes que vêm condenando a permissividade – e até o encorajamento – do presidente Bolsonaro em relação aos madeireiros e fazendeiros que desmatam a região para abrir novas pastagens, estava a China. Em 2018, as empresas chinesas do setor de alimentos compraram um quarto das exportações de carne bovina do Brasil, um

aumento de 50% em relação ao ano anterior e um volume superior a qualquer outro país.

Além da carne bovina, a China também é o país que mais compra soja do Brasil, onde a produção cresceu 312% entre 1991 e 2017, e da Argentina. A soja não está mais associada ao desmatamento na Amazônia desde a Moratória da Soja, que garantiu que traders internacionais não comprariam mais a soja cultivada em terras desmatadas depois de 2006.

Mesmo assim, a expansão agrícola acabou devastando o Cerrado, uma área vasta e de clima tropical que não tinha sido contemplada em pactos comerciais. Metade da cobertura florestal dessa região foi destruída. A mesma tendência ocorre em países vizinhos como Argentina, Paraguai e, mais recentemente, Bolívia. As plantações de soja acabam deslocando os pecuaristas em direção às florestas intocadas, apesar das áreas que já estão degradadas serem apropriadas para pasto.

Uma das consequências disso tudo é que a infraestrutura portuária, rodoviária e ferroviária, que é necessária para transportar as safras até os mercados, acaba penetrando ainda mais as florestas, trazendo prejuízos para os ecossistemas e para as comunidades que são responsáveis pelo manejo delas.

Outro assunto importante é que, nesse último ano, foi lançado um relatório histórico pelo Painel Intergovernamental sobre as Mudanças Climáticas (IPCC). O relatório fala sobre o uso da terra e destaca a necessidade

de mudanças drásticas na forma como produzimos alimentos. As tensões comerciais entre os Estados Unidos e a China acabaram aumentando a pressão sobre a América do Sul para que ela suprisse a demanda chinesa por produtos agrícolas americanos, principalmente a soja, uma vez que o produto foi alvo de uma nova tarifa.

Conforme mudam os padrões do comércio global, é de vital importância monitorar e buscar entender melhor os impactos que isso causa nas florestas, nas emissões, no solo e nas fontes de água. O Diálogo Chino reconhece isso e decidiu apresentar uma seleção especial de reportagens que examinam os impactos da demanda chinesa por soja e carne bovina na América do Sul. Nas reportagens, nós exploramos novas formas de satisfazer a crescente demanda chinesa e, ao mesmo tempo, tornar o comércio mais sustentável. Apesar dos inúmeros desafios, há motivos para ser otimista.

Os consumidores chineses estão cuidando cada vez mais da alimentação e o mercado para alimentos com origem sustentável está crescendo. Em reconhecimento disso, e devido aos graves danos que a má gestão ambiental pode causar na reputação de uma empresa, os grandes comerciantes estatais da China, como a Cofco, comprometeram-se a eliminar o desmatamento nas suas cadeias de suprimento.

Produtores internacionais e sul-americanos estão reagindo a esses sinais, oferecendo soluções de mercado para o problema urgente da expansão comercial da soja e da carne bovina. As instituições

financeiras chinesas estão cada vez mais conscientes da sua exposição ao “risco de desmatamento”.

Essa série especial se concentra nos locais onde existe desmatamento provocado pela soja e pela pecuária no Brasil. Viajamos a Itaituba, no Pará, e a São Luís, no Maranhão, para documentar como a infraestrutura portuária, financiada pela China, está afetando os meios de subsistência da população local. Observamos como o desmatamento causado pela soja vem se alastrando na região do Chaco argentino e tentamos descobrir como a abertura do mercado de exportação de carne bovina para a China vai afetar a Amazônia boliviana.

Também avaliamos se é possível aprimorar a sustentabilidade por meio de sistemas silvipastoris, que combinam floresta, plantas forrageiras e pecuária, além de explorarmos alternativas à soja e à carne bovina, incluindo o tubérculo chufa e os substitutos de carne à base de vegetais.

O envolvimento da China com a América do Sul na esfera da agricultura está impulsionando mudanças radicais na economia e no meio ambiente da região. Essa série de reportagens traz perspectivas únicas, tanto chinesas como locais, para o debate sobre como melhorar a sustentabilidade. Essas questões têm implicações sérias não só para aqueles que investem no setor agrícola, mas para o mundo inteiro.

ISABEL HILTON
FUNDADORA E EDITORA, DIÁLOGO CHINO



Quase metade dos novos rebanhos de gado do Brasil estão na Amazônia.
Foto: CIFOR

[Thais Lazzeri](#)

Demanda chinesa por carne brasileira aumenta riscos de desmatamento

Carne brasileira bateu recorde de exportação, mas pressões da pecuária na Amazônia preocupam ambientalistas

No ano passado, a indústria de carne brasileira bateu recorde de exportação. O Brasil exportou 1,6 milhão de toneladas de carne, ou 11% a mais que o ano anterior, segundo a Associação Brasileira de Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec).

Mas enquanto a indústria celebrava, alarmes soavam para ambientalistas.

“A pecuária é o grande vetor do desmatamento no Brasil”, diz o engenheiro florestal Paulo Barreto, do Imazon. Barreto chamou atenção para o aumento de exportações

pode aumentar a pressão sobre as florestas, já que a demanda nacional é quase tão grande quanto a produção. “Se fosse apenas pelo mercado interno, isso não aconteceria”.

Segundo o Imazon, 40% dos novos rebanhos de gado estão na Amazônia. Aproximadamente 80% das áreas desmatadas recentemente serão usadas para gado, com 20% da nova produção de carne direcionada à exportação, e 80% do couro.

Muito deste crescimento vai para a China, o maior

comprador de carne brasileira. Os chineses compram quase um quarto de toda a exportação e os números crescem rapidamente. No ano passado, a China comprou 50% a mais de carne brasileira do que em 2017 – um aumento maior, em termos de volume, do que qualquer outro importador.

Depois de oito anos em declínio, o desmatamento na Amazônia começou a crescer de novo em 2012, quando as exportações de carne cresceram 7,8% comparado ao ano anterior, segundo a Abiec.

DESATANDO DESMATAMENTO DE CRESCIMENTO

O agronegócio brasileiro costuma brigar contra os esforços de agências de proteção ambiental, como o Ibama, para conter o desmatamento, argumentando que a indústria é essencial para o crescimento do país.

No ano passado, a bancada ruralista apoiou a candidatura bem-sucedida de Jair Bolsonaro à presidência, enquanto ele denunciava o que chamava de “indústria da multa”, ao se referir ao Ibama. A nova ministra da Agricultura de Bolsonaro prometeu criar um ambiente “mais favorável” para o agronegócio, ao defender mudanças nas agências de proteção ambiental.

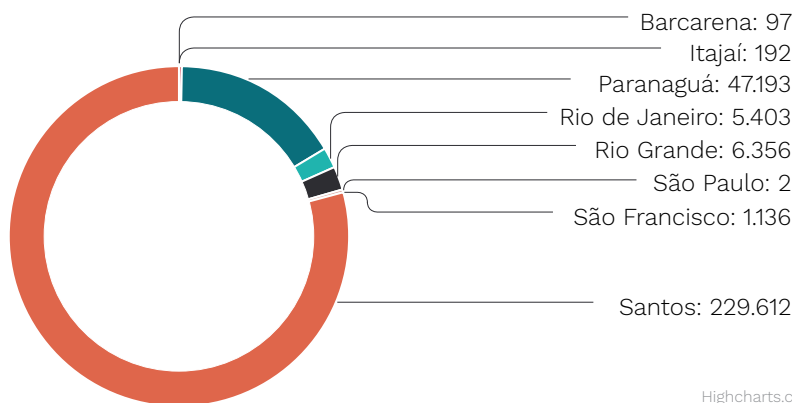
No entanto, o desmatamento na Amazônia não está necessariamente atrelado ao desenvolvimento econômico. Um estudo recente, feito no Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo, mostra como a produção agrícola na floresta amazônica pode ser extremamente ineficiente, em termos de uso da terra.

Os 750 mil quilômetros quadrados de área

14,5%

valor dos produtos agrícolas brasileiros que vêm da Amazônia em relação ao total do país

Exportação de carne brasileira para a China, por porto (toneladas)



Highcharts.com

desmatada na Amazônia para pasto – o dobro do tamanho da Alemanha – contribuem apenas 14,5% do total do valor dos produtos agropecuários brasileiros. O estado de São Paulo produz quase o mesmo valor com um quarto da área.

Da área desmatada, na maioria das vezes ilegalmente, cerca de 65% destinam-se a pastagens de baixa produtividade, com menos de uma cabeça de gado por hectare. A conta é de um levantamento do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam).

MAPEANDO CADEIAS DE SUPRIMENTOS

O processo de rastrear gado criado em terras desmatadas para mercados internacionais é complexo por questões logísticas, entre outros desafios. Ainda não há provas de que a carne produzida a partir de pastos em áreas desmatadas na Amazônia siga para a China.

Levando em conta apenas os custos de transporte, a carne da região sul — e não a do norte — é a melhor opção para o mercado chinês, já que está mais próxima aos

portos que ligam o Brasil à Ásia, como o de Santos, no estado de São Paulo.

No entanto, pesquisadores acreditam que, em razão de a região sul ter assumido a demanda externa de proteína animal, outras áreas, como a Amazônia, podem ter aumentado a produção para abastecer o mercado nacional.

“É um tipo de efeito indireto”, diz Barreto. “A conexão é muito forte”.

A organização internacional Global Canopy, que mapeia cadeias produtivas que impactam o desmatamento das florestas tropicais, está cruzando os dados para identificar de quais municípios brasileiros sai a carne comprada pelos chineses.

“Nossa ideia é ligar empresas e ir até o município de origem da carne e, assim, relacionar a origem da carne com o desmatamento”, afirma Simone Bauch, diretora para América Latina da Global Canopy. O estudo é complicado, Bauch explica, “porque o gado anda”.

Em janeiro e fevereiro deste ano, a pesquisadora Christina MacFarquhar, uma



Foto: Marcelo Carvalho via Unsplash

das responsáveis por esse mapeamento, publicou dados preliminares sobre a trilha do gado que abastece a crescente demanda doméstica chinesa. Das vinte empresas, nove respondem pela cadeia produtiva de carne e outras 11, pela do couro.

Entre os compradores de carne estão empresas como Kai Bo Supermarket, um dos maiores importadores, e a gigante rede de varejo China Resources National, responsável pela CR Vanguard.

Para a terceira e última fase do projeto da Global Canopy, prevista para julho, a equipe vai investigar se as empresas têm ou não comprometimento contra o desmatamento e as boas práticas na cadeia produtiva.

“Basicamente, o resultado não é bom porque não encontramos nos sites das empresas chinesas políticas contra desmatamento”, disse Christina, que reconheceu que o movimento para eliminar o desmatamento nas cadeias produtivas é novo na China.

Há, no entanto, evidências de que empresas chinesas queiram melhorar a sustentabilidade de suas cadeias produtivas agrícolas.

Jun Lyu, presidente da Cofco, maior processadora de alimentos da China, anunciou em um artigo em janeiro,

que coincidiu com o Fórum Econômico Mundial de Davos, na Suíça, que a empresa apoiaria regras mais duras no comércio de soja cultivada em áreas desmatadas.

O projeto de mapeamento da Global Canopy não tenta dissuadir empresas da China ou de outros países de comprar carne associada ao desmatamento, mas sim os encoraja a se esforçarem para implementar mudanças nas cadeias produtivas da carne que poderiam evitá-lo.

“Nós apostamos no poder dessas empresas para influenciar e encorajar o Brasil a mudar”, disse Christina.

GASES DO EFEITO ESTUFA

O desmatamento vem ganhando destaque internacional por conta da relação entre emissão de gases do efeito estufa e as mudanças climáticas.

Em 2016, o Brasil entrou para outro ranking, dos maiores emissores de gases de efeito estufa, alcançando o sétimo lugar. Segundo o Grupo de Trabalho pelo Desmatamento Zero, mais da metade das emissões brasileiras são causadas pelo desmatamento.

Há, ainda, de acordo com Observatório do Clima, a emissão gerada pelo consumo de fertilizantes e a emissão de metano de rebanhos


— ou seja, sem contar o desmatamento que tem como objetivo a abertura de áreas de pastagem.

O último parecer do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, da Organização das Nações Unidas, fruto da revisão de mais de seis mil estudos, mostrou que zerar o desmatamento é urgente e poderá ser uma das principais contribuições do Brasil na luta contra o aquecimento global.

No Acordo de Paris, o governo do Brasil se comprometeu a reduzir 37% das emissões até 2025 e 43% até 2030.

Por mais que o novo governo brasileiro, sob Bolsonaro, não tenha tirado o país do Acordo de Paris conforme temiam ambientalistas, é extremamente improvável que ele promova políticas que levariam a menos emissões. Na semana passada, o presidente Bolsonaro disse que o Brasil “não deve nada ao mundo” quando o assunto é o meio ambiente.

A falta de cooperação do governo Bolsonaro pode colocar mais ênfase na responsabilidade do setor privado de promover medidas sustentáveis em suas cadeias produtivas. Pesquisadores acreditam que, além de proteger florestas, produzir carne sem desmatamento pode ser bom para os negócios. A tendência é mundial, do Brasil à China.

“Não se trata apenas de salvar o planeta e as florestas”, diz Christina. “Mas de salvar as finanças e o seu negócio.” 

Desmatamento na Amazônia é pressionado por soja e carne

Pesquisas mostram que é possível aumentar produção sem desmatar, mas 80% da destruição é para abrir pasto

Na cidade amazônica de São Félix do Xingu, no estado do Pará, há quase 20 cabeças de gado para cada habitante. Com mais de dois milhões de animais, São Félix é a cidade com o maior rebanho bovino do Brasil.

É também a terceira com o maior número de focos de queimada este ano, em que a crise de destruição da Amazônia aterrorizou o mundo.

São Félix é exemplo de como boa parte do fogo que o mundo assiste consumir a Amazônia é usado para abrir espaço para o gado. A pecuária é um dos motores do desmatamento na maior floresta tropical do mundo, com quase 80% da destruição

florestal associada à formação de pastagens, segundo um estudo da FAO, Organização de Alimentos e Agricultura da ONU, de 2016.

O Brasil é o maior exportador de carne do mundo, com China e Hong Kong entre seus maiores clientes. O país também mira o posto de maior exportador de outro cultivo destinado aos chineses, a soja — uma cultura que, ao se expandir em outras regiões do país, pressiona fazendeiros e pecuaristas a desbravarem nacos cada vez maiores da Amazônia.

O presidente Jair Bolsonaro insiste que o desenvolvimento da região — que está entre as mais pobres do país — deve

prevalecer sobre políticas de preservação da floresta. Em reunião com governadores da Amazônia sobre as queimadas na semana passada, disse que a criação de mais reservas teria por objetivo “inviabilizar” o Brasil.

Mas pesquisas mostram que a destruição da Amazônia pode destruir também o agronegócio brasileiro, o mais importante pilar da economia local.

Segundo André Guimarães, diretor executivo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, Ipam, mais de 90% da agricultura brasileira não é irrigada e depende da chuva gerada pela Amazônia. Mas o desmatamento da

Foto: de skeeze via Pixabay



floresta reduz a quantidade de água produzida por evapotranspiração e aumenta a temperatura, com maior emissão de CO₂.

AGRONEGÓCIO DIVIDIDO

Alguns membros de organizações que representam o agronegócio brasileiro estão tentando se distanciar dos relatos de desmatamento na Amazônia. Os culpados, dizem eles, são grileiros que buscam lucrar com especulações imobiliárias, e não com negócios lícitos e lucrativos.

Luiz Cornacchioni, diretor executivo da Associação Brasileira do Agronegócio, diz estar em discussões com o governo sobre como tomar medidas mais eficazes contra o desmatamento ilegal e uma de suas principais causas — o roubo de terra.

“Sustentabilidade é o nome do jogo. O setor não pode ser prejudicado por criminosos”, disse ele. “O agronegócio brasileiro já mostrou que é possível produzir e preservar. Temos um Código Florestal que deve ser cumprido. o governo precisa aplicar a lei e as penalidades que estabelece.”

Em 2017, o plantio da soja em área devastada cresceu 27,5%, segundo um relatório da Moratória da Soja — um pacto ambiental entre atores da cadeia produtiva, governo e sociedade civil para não aquisição ou plantio em áreas desmatadas da Amazônia, Mato Grosso, Maranhão, Tocantins, Pará, Rondônia e Amapá.

Cerca de 76% do grão plantado em área de floresta

desmatada está no Mato Grosso, líder da produção no país. Apesar disso, as evidências de que a trégua funciona são muitas: a taxa média de desmatamento nos 89 municípios do estado pós-Moratória é 6,5 vezes menor do que no período anterior, e apenas 1% da soja na Amazônia está em áreas desmatadas recentemente.

Um estudo feito por Ricardo Abramovay, economista na Universidade de São Paulo, mostra que a ideia de que desmatar aumenta a produção é enganosa. O investimento, ele argumenta, não deveria ser em desmatamento, mas em tecnologia.

Entre 1991 e 2017, a produção de grãos subiu 312%, enquanto a área plantada cresceu 61%, segundo dados do Observatório do Clima — mostrando que é possível produzir mais em menos espaço.

Já o desmatamento não traz grandes resultados. Entre 2007 e 2016, o desmatamento médio de 7,4 mil quilômetros quadrados por ano teve como resultado o acréscimo de 0,013% ao PIB brasileiro, segundo documento do Grupo de Trabalho pelo Desmatamento Zero, apresentado à 23ª COP, em Bonn, na Alemanha.

“A destruição florestal não é, portanto, premissa para o aumento da produção de soja”, escreveu Abramovay no estudo “A Amazônia precisa de uma economia do conhecimento da natureza”, publicado em dezembro de 2018.

Para Guimarães, do Ipam, é preciso separar o agronegócio

produtivo do crime ambiental cometido na Amazônia.

“Mais de 90% do desmatamento é ilegal, resultado da ação criminosa de grileiros, madeireiros e garimpeiros”, disse. “Se é bandidagem, as forças corretas e honestas têm que estar todas alinhadas para isso, inclusive os compradores de commodities brasileiras”.

Pesquisadores dizem que as regiões mais vulneráveis da Amazônia produzem muito mais carne e soja para o mercado doméstico do que para a exportação. Mas, ao mesmo tempo, a demanda externa por produtos de outras partes do país, em que a agricultura é menos associada ao desmatamento, empurra os compradores domésticos para regiões com alto índice de desmatamento.

A complexidade da cadeia produtiva da carne e a falta de transparência dos frigoríficos também favorecem más práticas — chamadas de lavagem de gado — de frigoríficos e seus fornecedores diretos e indiretos.

Um levantamento feito pela Repórter Brasil mostrou que grandes empresas do setor, como JBS, Marfrig e Frigo, compram gado de pecuaristas multados em regiões campeãs de desmatamento e que hoje estão no epicentro das queimadas na Amazônia.

A pecuária na Amazônia tem outra característica: falta de produtividade. O Ipam revelou que 65% da área desmatada é usada para pastagens de baixa qualidade. Na prática, significa que, em média, cada cabeça de gado na Amazônia ocupa

uma área equivalente a um campo de futebol.

Enquanto isso, o desmatamento na Amazônia já corresponde ao dobro da superfície do território da Alemanha, segundo estudo de Abramovay. Quase um quinto da Amazônia já foi destruído — em 1960, era 1%.

O Brasil já mostrou que consegue frear o desmatamento, o que ocorreu de 2003 a 2012, quando as taxas caíram 80%.

Desde 2012, no entanto, o ritmo voltou a crescer, e o Brasil passou a descumprir o que prometeu internacionalmente — reduzir o desmatamento a 3,8 mil quilômetros quadrados em 2020.

Segundo algumas projeções, o desmatamento da Amazônia neste ano pode passar de 10 mil quilômetros quadrados.

CHINA SE MOVIMENTA

Distantes da eloquência presidente francês Emmanuel Macron — que fez da proteção da Amazônia sua mais nova bandeira política —, os chineses têm se movimentado de forma mais silenciosa.

No entanto, o governo chinês subestimou as sugestões de que o país tem alguma responsabilidade por impulsionar o desmatamento na Amazônia.

“A correlação é nova para mim”, disse o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores, Geng Shuang, em uma entrevista coletiva em 26 de agosto, em resposta a uma

pergunta sobre o consumo global de carne bovina e os incêndios, que observou o possível papel da China como grande importadora.

A China estava ciente dos incêndios e apoiou o governo brasileiro em seus esforços para combatê-los, acrescentou ele.

Em reunião com representantes do agronegócio brasileiro no mês passado, Jingtao Chi, presidente da Cofco Internacional, maior empresa de trading da China, que importa um quarto da soja brasileira, repetiu a palavra “sustentabilidade” várias vezes, segundo Guimarães, do Ipam.

Em janeiro deste ano, o presidente da empresa, Jun Lyu, já havia surpreendido ao publicar um artigo em que conclamou a comunidade internacional a unir esforços para combater o desmatamento.

Segundo Isabel Nepstad, consultora sênior da Rede Solidaridad, organização internacional com 50 anos de experiência no monitoramento da sustentabilidade de cadeias produtivas globais, ao se juntar ao ranking das grandes tradings internacionais, a Cofco tem ajudando a pavimentar o caminho para que outras empresas chinesas comecem a dar bons exemplos.

“Seus anúncios chamaram a atenção de outras empresas na China e no exterior”, conta Nepstad. “No entanto, como outras empresas ainda não possuem um departamento de sustentabilidade e a Cofco está em vantagem


como empresa estatal com operações globais, levará tempo para ver publicamente mais compromissos praticados por jogadores chineses.”

A organização internacional Global Canopy, que mapeia cadeias produtivas que impactam o desmatamento das florestas tropicais, buscou explorar as cadeias de fornecimento da carne de vaca e do couro Brasil-China expostas a riscos de desmatamento.

Descobriram que as 20 empresas chinesas mais relevantes nesse comércio não possuem política de sustentabilidade relacionada ao desmatamento, apesar de seu grande impacto.

“É de fato um mercado consumidor que impacta diretamente na expansão do agronegócio brasileiro”, afirma André Vasconcelos, pesquisador da América Latina na Global Canopy, responsável pela Trase, uma plataforma global de monitoramento da transparência de cadeias de suprimentos, em conjunto com o Stockholm Environment Institute.

No cenário político, a ordem chinesa parece ser colocar panos quentes na crise. Em entrevista ao UOL, o ministro-conselheiro da China, Qu Yuhui, disse que a crise atual foi “um pouquinho fabricada” e que o Brasil tem um dos melhores padrões de preservação ambiental do mundo.

“O Brasil tem sido consistente na proteção do Meio Ambiente,” disse. “Não sou quem reconhece, mas a autoridade chinesa reconhece”. 



A produção mundial de carne triplicou nas últimas quatro décadas
Foto: Fábio Nascimento

[Fermin Koop](#)

Crise climática ameaça modelo produtivo da América Latina

Como fornecedora global de alimentos, a região deve adaptar o uso da terra para combater as mudanças climáticas

Com a maior quantidade de terras cultiváveis do mundo, a América Latina cumpre um papel central na produção de alimentos. Nos últimos 50 anos, a região viu uma significativa expansão de sua produção agropecuária, aumentando a superfície de cultivo de 560 para 740 milhões de hectares.

Esse modelo produtivo gerou graves consequências para os solos da região, muitos dos quais estão hoje desmatados, degradados e com sua biodiversidade

dizimada. Prevenir a expansão da agropecuária será central para combater as mudanças climáticas e assegurar o fornecimento de alimentos, segundo um novo informe.

O Painel Intergovernamental de Especialistas em Mudanças Climáticas (IPCC), que reúne pesquisadores do tema de todo o mundo, publicou um relatório advertindo sobre como o mau uso do solo pode causar um maior aquecimento global e piorar seus efeitos.

“Os solos já estão sendo

afetados pelas mudanças climáticas”, argumenta Eduardo Calvo Buendía, pesquisador peruano e copresidente do IPCC. “Isso tem uma importância particular para a América Latina como região produtora de alimentos. O uso da terra pode contribuir para a solução do problema, mas não consegue se desenvolver apenas com esse setor”.

VÍTIMA E ALGOZ

O solo e o uso que o ser humano faz dele são ao mesmo tempo uma vítima

14%

das terras degradadas do mundo estão na América Latina

das mudanças climáticas e uma causa do aquecimento global, segundo o novo relatório do IPCC.

O crescimento da população e as mudanças nas dietas e no consumo desde meados do século passado levaram a taxas inéditas de uso da terra e da água, expandindo a produção agropecuária. Por exemplo, cerca de 70% do consumo mundial de água doce se destina hoje à agricultura.

“As mudanças climáticas exacerbam o problema do solo e, ao mesmo tempo, o uso que damos ao solo afeta o clima”, afirma Esteban Jobaggy, pesquisador argentino do IPCC. “A América Latina tem ainda muitos solos que podem ser destinados à agricultura. O relatório vai abrir os olhos dos tomadores de decisão”.

A agricultura, silvicultura e outros usos do solo geram 23% das emissões de gases de efeito estufa em nível global. Contudo, sua expansão, à custa de florestas nativas, não apenas gera mais emissões como também degrada os solos e limita sua capacidade de absorção de emissões.

Cerca de 14% de toda a degradação dos solos do mundo ocorre na América

Latina e no Caribe, afetando 26% da terra na América Central e 14% dos solos da América do Sul, segundo a FAO. A degradação ocorre por meio do desmatamento, aplicação intensiva de agroquímicos e erosão hídrica.

A degradação também está associada à pobreza. Os agricultores com menos recursos têm menos acesso à terra e à água, trabalhando em solos de baixa qualidade que são altamente vulneráveis à degradação. Cerca de 40% da terra mais degradada do mundo está em áreas com altos níveis de pobreza.

“O informe é um chamado ao fortalecimento dos sistemas de agricultura da América Latina”, afirma Miguel Taboada, pesquisador do Instituto de Tecnologia Agropecuária da Argentina (Inta). “Precisamos deter os processos de desmatamento, estimular sistemas de rotação de cultivos e fortalecer a produção agroecológica”.

“

Os sistemas agropecuários desses países não têm resiliência suficiente

SEGURANÇA ALIMENTAR

Com apenas cerca de 8% da população mundial, a América Latina possui 23% das terras potencialmente cultiváveis do mundo, 12% das terras

atualmente cultivadas, 46% das florestas tropicais e 31% da água doce do planeta, segundo a FAO.

Esse cenário faz da região um ator central para garantir a segurança alimentar, hoje afetada pelas mudanças climáticas, segundo o IPCC. Os padrões de precipitação estão mudando e os fenômenos extremos são cada vez mais intensos, colocando em risco a produção agropecuária e a economia latino-americana.

As projeções do IPCC não são boas, sobretudo para os países tropicais da região, que veriam uma queda no rendimento dos cultivos como consequência do aquecimento global.

“Os países tropicais da América do Sul serão os mais afetados da região, com consequências negativas em sua economia. Os sistemas agropecuários desses países não têm resiliência suficiente”, argumenta Louis Verchot, pesquisador dos Estados Unidos do IPCC. “A agricultura de pequena e a de grande escala enfrentarão dificuldades.”

Dependendo dos cenários climáticos, o aumento de temperatura na América Latina poderá variar de 2 a 6 graus celsius, segundo os informes do IPCC. Ao mesmo tempo, para a década de 2050, estima-se que cerca de 50% das terras agrícolas da região serão afetadas pela desertificação.

MUDANÇAS NAS DIETAS

A produção mundial de carne triplicou em nível global nas últimas quatro décadas, gerando mudanças



Pecuária mais intensiva pode reduzir a pressão sobre as florestas
Foto: Fábio Nascimento

significativas nos padrões de alimentação. Há hoje 2 bilhões de pessoas com sobrepeso ou obesidade, um problema de saúde vinculado ao maior consumo de carne.

Em seu novo relatório, o IPCC ressalta os benefícios de deixar uma dieta baseada em carnes e laticínios e adotar uma dieta baseada em plantas. Isso acarretaria “grandes oportunidades” de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, além de trazer benefícios para a saúde, promover sistemas menos extensivos de pecuária (como os modelos silvipastoris) e diminuir a pressão sobre as florestas nativas.

A América Latina e o Caribe contribuem com mais de um quarto de toda a produção mundial de carne bovina e de aves de granja. Na região,

o setor cresceu a uma taxa anual de 3,7%, uma cifra muito superior à taxa média de crescimento global (2,1%).

“Estamos questionando a sustentabilidade dessa cadeia alimentar, e na América Latina isso pode causar grandes consequências”, afirma Jobaggy. “Um menor consumo de produtos animais poderia nos dar mais chances de combater as mudanças climáticas”.

CAMINHOS A SEGUIR

Além da mudança nas dietas, o IPCC oferece em seu informe uma série de soluções que poderiam ser implementadas na América Latina no curto e no longo prazo.

Há ações que teriam efeitos positivos imediatos, como a conservação de ecossistemas

50%

do território latino-americano pode virar deserto até 2050

em pântanos e florestas. Esses ecossistemas absorvem enormes quantidades de gases de efeito estufa, que são liberados quando os ambientes são destruídos e contribuem para o aquecimento do planeta.

Outras intervenções, como o reflorestamento, demorariam décadas para acarretar efeitos positivos. Os solos precisam ser “produtivos para manter a segurança alimentar” frente ao aumento da população previsto e os impactos negativos nas mudanças climáticas, afirma o informe do IPCC.

Especialistas ressaltam o grande potencial de ação da América Latina por seu papel fundamental como produtora de alimentos. Deve-se seguir o caminho da agricultura climaticamente inteligente sem degradar o solo. Há o potencial de se aumentar a produtividade da terra atualmente cultivada, sem expandir a produção e incentivar o desmatamento.

“A região pode fazer muito mais para manejar seus solos de maneira sustentável”, diz Verchot. “É possível manter a produtividade dos solos cultivados atualmente para que não se desmate mais áreas. Para isso, os governos têm que investir em áreas rurais”. 🇨🇵

Consumidores chineses ignoram recomendações de comer menos carne

Importações de carne da América Latina crescem, enquanto chineses se esforçam para produzir mais

Apesar do preço cada vez mais elevado e das evidências apontando que o consumo excessivo faz mal à saúde e ao meio ambiente, os chineses continuam acreditando que a carne vermelha os torna mais fortes. A popularidade do alimento está acelerando na China.

Tão logo terminaram as comemorações do ano novo chinês, as vendas de carne bovina e ovina no supermercado atacadista Xinfaldi já estavam a todo vapor. Conhecido como a “cesta de supermercado de Pequim”, o estabelecimento é popular entre os moradores da cidade que buscam alimentos frescos e baratos. Mas, segundo Li Cheng, que vende carne no local há mais de uma década, os preços vêm aumentando quase todos os dias desde dezembro.

Dados do Ministério da Agricultura da China revelam que, em janeiro e fevereiro, o preço da carne bovina no atacado cresceu mais de 11% em comparação com o mesmo período em 2018. Os importadores estão avançando no segmento para lucrar.

MÃOS DE VACA

Hao Na, presidente da Taonga Belt and Road Industrial

Park Limited, uma empresa neozelandesa de importação e exportação, disse ao chinadialogue que o aumento dos preços da carne bovina está ligado à subida vertiginosa dos preços da carne de frango e ao surto de gripe suína africana, que afetou o mercado de carne suína. Outra causa, que vem se arrastando há mais tempo, é o fato de que o abastecimento interno não está mais conseguindo suprir a demanda.

A prosperidade da China aumentou a demanda por carne bovina. Em 2017, o país consumiu 7,94 milhões de toneladas de carne vermelha, mais do que qualquer outro país do mundo, mas bem menos do que a média global, individualmente.

Os produtores chineses não têm conseguido acompanhar esse crescimento. Até 2017,

as fazendas destinadas à pecuária eram geralmente operações pequenas: apenas 2% abasteciam o mercado com mais de mil cabeças de gado por ano. Esses produtores foram desencorajados de expandirem as suas operações devido aos preços cada vez mais elevados da terra, mão de obra e forragem.

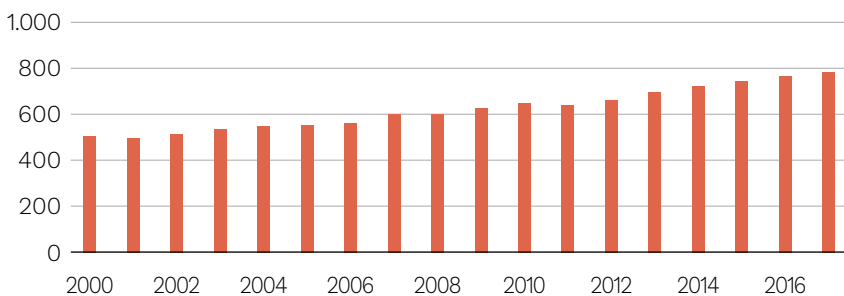
A demanda adicional acabou sendo suprida pelos importados. Dados publicados pelas autoridades alfandegárias em janeiro revelaram que as importações de carne bovina em 2018 chegaram a 1 milhão de toneladas, um aumento grande se considerarmos que, em 2010, esse número foi de apenas 23,7 mil toneladas. Um relatório do Ministério da Agricultura previu um aumento consistente no consumo de carne bovina e



Foto: pxhere

Consumo de carne na China por ano desde 2000

● Consumo de carne na China por ano desde 2000 (10000 de toneladas)



ovina ao longo da próxima década. As importações de carne bovina também tendem a crescer.

Liu Yi, 25 anos, é um piloto de avião que mora em Xangai. Ele foi criado em Xi'an, alimentando-se da conceituada carne da região, mas hoje compra carne importada no supermercado: "Não é o ideal para fazer pratos chineses, mas, às vezes, a carne chinesa de Shaanxi, Gansu ou da Mongólia Interior é ainda mais cara do que a carne importada".

Desde 2015, a América do Sul vem gradualmente se tornando uma importante exportadora de carne para a China. Dados revelam que, em 2013, a Austrália era fonte de metade de todas as exportações de carne para a China, mas, em 2017, 70% da carne importada pelo país asiático vinha da América do Sul.

Em apenas três anos, entre 2015 e 2018, as exportações de carne do Brasil para a China pularam de 56 mil toneladas para 320 mil toneladas. Em 2018, 50% da carne exportada pelo Uruguai e pela Argentina foi parar nas mesas chinesas. A China se tornou a maior compradora de carne sul-americana.

Sergio Ray, responsável

pelos mercados externos no Instituto de Promoção da Carne Bovina da Argentina, fez uma viagem para Pequim no ano passado para promover a carne argentina. Hao Na disse que, embora a carne da América do Sul tenha uma qualidade ligeiramente inferior àquela da Austrália e da Nova Zelândia, ela é muito mais barata e abundante, e por este motivo está sendo importada em quantidades grandes.

O COMPLEXO DA CARNE

Jian Yi, fundador da Good Food Academy, disse que muitos consumidores chineses consideram a carne uma opção saudável. Segundo ele, depois que os chineses assistiram às Olimpíadas de Los Angeles em 1984, o primeiro evento olímpico a ser transmitido na China, muitos concluíram que o excelente desempenho dos atletas estrangeiros se devia ao seu consumo mais elevado de leite e carne.

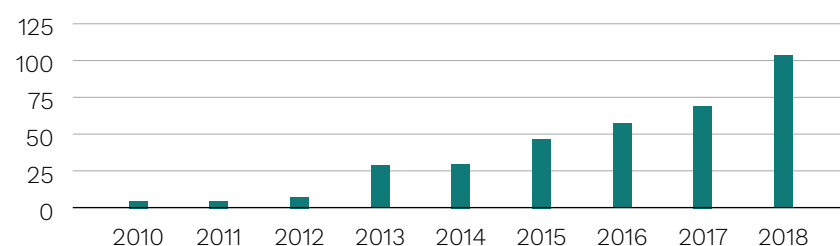
Zhu Jiajin, um professor de ciência dos alimentos na Universidade de Zhejiang, disse que a carne é um alimento rico em proteínas absorvíveis e em micronutrientes, como ferro, potássio e selênio. Porém, estudos também ligaram o consumo de carne vermelha a um aumento no risco de desenvolver doenças cardíacas, câncer e diabetes. Zhu Jiajin disse que as pessoas que têm um padrão de vida mais alto podem estar exagerando no consumo de carne vermelha, enquanto os lares menos afluentes podem não estar consumindo o suficiente.

OS CUSTOS AMBIENTAIS DA PECUÁRIA

Além dos efeitos na saúde, o consumo de carne aumenta as emissões de carbono e a poluição através da pecuária. Em 2016, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura destacou que a pecuária contribui com grande parte do efeito estufa, além de ser responsável por mais emissões de carbono do que o setor de transportes. 2016 foi também o ano em que a produção chinesa de carne bovina estancou o ritmo de crescimento que já durava seis anos; o restante da demanda passou a ser suprida pelos importados.

Importação de carne pela China desde 2010

● Importação de carne pela China desde 2010 (10000 de toneladas)



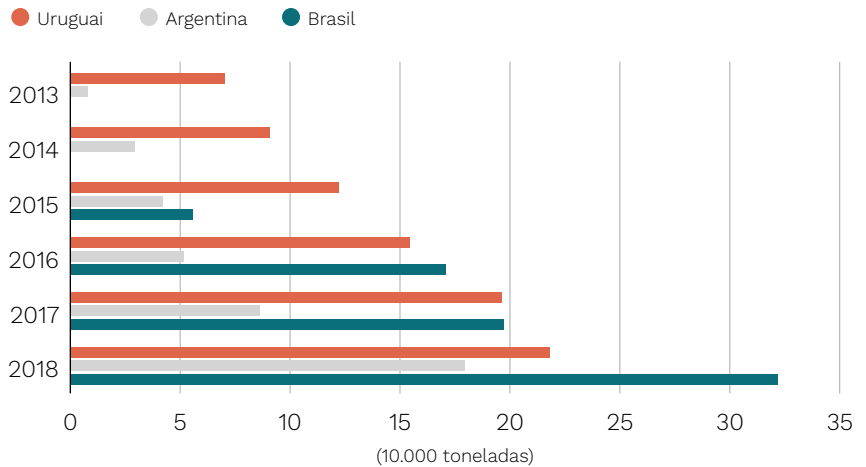
Os bovinos produzem mais emissões do que qualquer outro animal criado em fazenda. Produzir 1 kg de carne bovina, por exemplo, libera uma quantidade duas vezes maior de gases de efeito estufa do que a produção de 1 kg de carne ovina, e 3,5 vezes mais do que a carne de frango ou suína.

A América do Sul, principal fornecedora de carne para a China, sofre com custos ambientais altíssimos. Dados do World Resources Institute revelaram que a pecuária é o principal vetor de desmatamento no mundo. Grandes extensões de terra na floresta amazônica foram desmatadas para serem transformadas em pasto. Só no Brasil, três quartos das áreas desmatadas têm ligação direta ou indireta com a pecuária. O país, hoje, tem mais de 209 milhões de cabeças de gado, e 20% da carne que o país produz é destinada à exportação.

O setor de pecuária chinesa triplicou de tamanho ao longo das últimas três décadas, mas esse crescimento teve um custo. Em junho de 2018, fiscais ambientais do governo central descobriram várias violações às normas de emissões por parte de pecuaristas em Heilongjiang. Eles estavam despejando grandes quantidade de esterco e de água extremamente poluída diretamente nos pastos.

Pesquisas recentes publicadas na revista Nature afirmam que, se os níveis atuais de consumo de carne vermelha e alimentos processados acompanharem o crescimento populacional,

Importação de carne pela China por país



o impacto ambiental causado pelo sistema alimentar poderá aumentar em 90% até 2050, excedendo a capacidade de suporte do planeta.

MENOS CARNE VERMELHA?

Um grande estudo sobre dieta, publicado na Lancet em janeiro, recomendou que as pessoas consumissem mais proteínas de origem vegetal, limitando o consumo de carne vermelha a apenas 14 gramas por dia. Essa dieta de baixo carbono seria mais favorável ao meio ambiente. Entretanto, em 2016, a Sociedade Chinesa de Nutrição disse que o consumo diário recomendado para adultos é entre 40 e 75 g de carne bovina ou de frango por dia.

Mas o público chinês ainda não foi convencido. Em uma pesquisa online, 500 mil pessoas foram entrevistadas sobre o seu consumo de carne e saúde, e a resposta mais popular mostrava um certo ceticismo a respeito das sugestões de comer menos carne: “Um bife médio tem 150g, então precisaria durar 2 dias. Desse jeito, como é que vamos ficar fortes?”

Porém, alguns grandes

consumidores de carne parecem estar dispostos a mudar seus hábitos alimentares para ajudar o meio ambiente. Uma pesquisa realizada na China pela WildAid, uma ONG internacional, entrevistou 5218 pessoas e descobriu que um terço delas toparia comer menos carne pelo meio ambiente.

Segundo Zhu, existem muitos alimentos que podem fornecer os mesmos nutrientes que a carne. “Se o público ainda não tem certeza do que deve comer, deve investir em uma dieta variada”. Ele prefere não fazer comentários sobre os substitutos, como a “carne artificial”, que vem sendo promovida na mídia recentemente, dizendo que mesmo que ela tenha o mesmo valor nutricional que a carne, não será uma substituta perfeita: “A gente ainda não entende tudo sobre a carne e o papel dela no nosso organismo”.

Para o piloto Liu Yi, “alimentos são um presente da natureza. Eu poderia comer menos carne para ajudar o meio ambiente, mas não há necessidade de comer carne artificial”.

Consumo de carne ameaça compromissos climáticos internacionais

Para cumprir Acordo de Paris, mundo deve reduzir consumo de carne de vaca a um quarto, e de carne de porco a um décimo

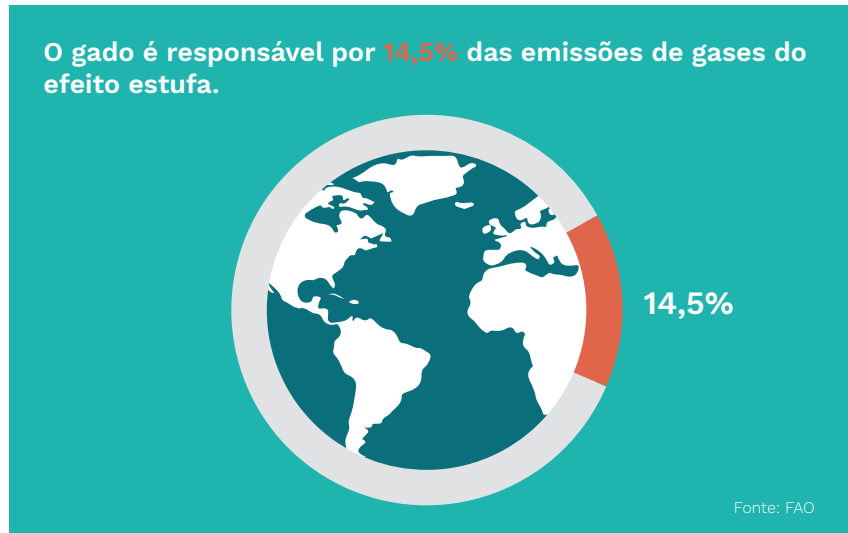
Reduzir o consumo de carne é um dos objetivos mais discutidos nas conferências de mudanças climáticas das Nações Unidas (COP). A pecuária é responsável por 14,5% das emissões em nível global.

Mas a falta de políticas para responder à questão ficou evidente até na comida servida na COP24 em Katowice, Polônia. O bufê oferecia hambúrgueres e nhoques com presunto e bacon entre seus quitutes.

Uma análise apresentada na conferência revelou que, durante as duas semanas do evento, as refeições carnívoras escolhidas por alguns de seus 22 mil participantes geraram emissões equivalentes a mais de dois milhões de litros de combustível.

“A falta de atenção aos alimentos como uma maneira de resolver a crise climática se refletiu nas opções da COP24”, afirmaram em suas observações Farm Forward, Brighter Green e o Centro de Diversidade Biológica.

O impacto da produção de alimentos se dá por meio de emissões de gases de efeito estufa, desmatamento e



consumo de água. A América Latina é uma das regiões com mais responsabilidade na questão, por abrigar milhões de hectares de terra dedicados à agricultura e à pecuária.

Sem uma ação contundente, o impacto será cada vez maior, já que a população do planeta deve aumentar em 2,3 bilhões de pessoas até 2050. Os salários, em geral, devem triplicar seu valor, o que permitirá a mais pessoas, em diversos países em desenvolvimento, como a China, optarem por dietas baseadas em carne.

“Se continuarmos produzindo alimentos da maneira como fazemos agora e a demanda continuar crescendo, vamos precisar cortar todas as

florestas do planeta para satisfazer a demanda que vai existir em 2050”, disse Tobias Baedeker, economista especializado em agricultura do Banco Mundial. “Porém existe um grande potencial de melhora, com maior eficiência”.

MUDANÇAS NAS DIETAS

Dois bilhões de pessoas em países com alto consumo de carne, como Estados Unidos, Brasil e Rússia, deveriam reduzir seu consumo em 40%, limitando sua ingestão a uma porção e meia por semana, de acordo com uma análise do World Resource Institute (WRI) apresentada na COP.

A produção mundial de carne e laticínios ocupa, hoje,



Foto: Alex Proimos

25%

As emissões de metano contribuem 25% mais para o aquecimento global do que o dióxido de carbono

83% das terras dedicadas à agricultura e gera 60% das emissões. Aumentar a quantidade de alimentos produzidos por hectare é o grande desafio, assim como reduzir o consumo de carne.

“A América Latina tem um papel central, com muitas áreas de pastagem com manejo deficiente e que poderiam ser mais eficientes. O problema é que desmatar as florestas sai muito mais barato que melhorar a produtividade”, declarou

Timothy Searchinger, responsável pela pesquisa do WRI.

A cada três minutos, uma vaca produz uma eructação pelo nariz, ou seja, um arroto. No interior de seu estômago, no rúmen – uma espécie de câmara de fermentação – as bactérias degradam as fibras vegetais ingeridas pelo animal que, no fim, emite metano, um gás que contribui com o aquecimento global 25 vezes mais que o dióxido de carbono gerado pelos transportes e pelas indústrias.

A este processo, somam-se as emissões por resíduos e também as indiretas, vinculadas ao desmatamento pela expansão da pecuária. O boom da soja transgênica na América Latina levou à transferência de animais a novas regiões, provocando uma pressão sobre as matas nativas para dar lugar ao gado.

Comparado com suínos ou galináceos, os bovinos necessitam 28 vezes mais terra, 11 vezes mais água e alimento e produzem cinco vezes mais emissões, de acordo com o pesquisador norte-americano Gidon Eshel. A discrepância é ainda maior se comparada com cultivos como de batata e arroz, que utilizam 160 vezes menos recursos.

Porém, a mudança radical para uma dieta vegetariana ou vegana não é realista, conforme conclusão do WRI, que, em vez disso, pede a redução do consumo de carne. Essa mesma mensagem foi transmitida por outras informações científicas recentes, considerando as reduções no consumo de carne como primordiais.

Para evitar um aquecimento de mais de 2°C, objetivo do Acordo de Paris, o mundo deve comer 75% menos

carne de vaca, 90% menos carne de porco e reduzir pela metade a quantidade de ovos, como mostrou uma pesquisa da Universidade de Oxford.

Para tanto, especialistas recomendam subsídios aos alimentos à base de vegetais, mudanças nos cardápios dos escritórios e das escolas e a taxaço de produtos à base de carne. Ao mesmo tempo, são necessárias mudanças profundas nas práticas agropecuárias para reduzir a destruição das florestas.

“Há uma tendência de industrialização da produção de carne. Isso significa alimentar o gado com milho e farelo de soja, cultivos que exigem maior quantidade de terra”, explicou Wanqing Zhou, pesquisadora no think tank Brighter Green.

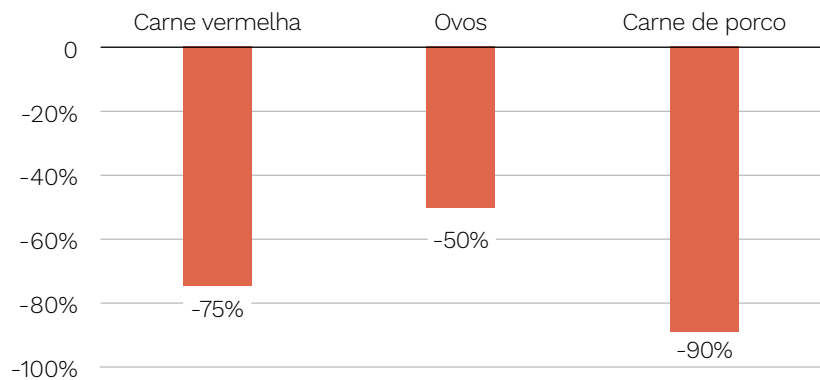
“Transformar ecossistemas não protegidos em áreas de cultivo para alimentar o rebanho bovino foi uma das práticas mais rentáveis que o setor pecuarista encontrou e isso levou ao aumento das emissões, como se viu na região do Gran Chaco”, acrescentou.

CONSUMO EM ALTA

A necessidade de reduzir o consumo de carne se contrapõe à tendência de aumento de seu uso em um futuro próximo, com um crescimento global esperado de 75% até 2050, de acordo com a Chatham House.

Grande parte dessa expansão será por causa do consumo na China. Cada cidadão chinês vai ingerir 55 quilos de carne por ano, 10% a mais do

Para garantir um aumento máximo de 2°C na temperatura até o fim do século, o mundo precisa consumir:



Fonte: Oxford University

95%

Mais de 95% das importações chinesas de carne vêm de Brasil, Uruguai, Austrália, Argentina e Nova Zelândia

que em 2017, conforme um relatório da FAO e da OCDE. O porco continuará sendo o preferido, representando 60% da carne ingerida.

Mais de 95% das importações de carne da China provêm de Brasil, Uruguai, Austrália, Argentina e Nova Zelândia. Entre 2011 e 2016, essas importações aumentaram 370%, e a tendência é que continuem crescendo, já que é difícil para os produtores locais competir com os países exportadores.

“Os consumidores chineses estão familiarizados com termos usados na América Latina, como asado e churrasco, o que vai ajudar a manter as importações. A maior vantagem dessa carne

é o custo, razão pela qual as importações da China são, principalmente, desses países”, informou Wanqing Zhou.

Na Argentina, o volume da carne bovina exportada entre janeiro e outubro de 2018 foi o mais elevado dos últimos nove anos, e a China foi o principal motor dessa demanda. Foram enviadas à China 155.144 toneladas nos primeiros dez meses do ano, o dobro do volume de 2017.

Do mesmo modo, o Brasil aumentou em quase 60% suas exportações de carne de boi este ano, superando um milhão de toneladas. Mais de 45% dessa quantidade foi exportada à China, um montante que deve aumentar no próximo ano.

“O mundo precisa alcançar níveis de consumo de carne e laticínios que permitam um planeta seguro. Contudo, é imprescindível que haja uma equidade. Sociedades privilegiadas, em países desenvolvidos e em desenvolvimento, têm que liderar essa mudança”, concluiu Reyes Tirado, pesquisadora do Greenpeace.

Bolívia comemora exportação de carne para a China, mas teme desmatamento

Abertura do mercado chinês representa oportunidades para áreas rurais bolivianas e riscos para suas florestas

O recente Fórum da Iniciativa do Cinturão e Rota, em Pequim, trouxe uma boa notícia para a Bolívia: sua carne será brevemente vendida na China.

A novidade, entretanto, vem acompanhada de um sinal de alerta. A abertura do mercado chinês à carne boliviana vai exigir um crescimento considerável da pecuária, que, por sua vez, aumentará o desmatamento, se o setor não praticar, paralelamente, uma produção sustentável.

A meta dos pecuaristas bolivianos é exportar 20 mil toneladas de carne no segundo semestre deste ano, o que representaria para o país andino cerca de 75 milhões de dólares, o equivalente a cinco vezes as vendas registradas em 2018, segundo o Instituto Boliviano de Comércio Exterior (IBCE). Para 2020, o objetivo é vender 40 mil toneladas de carne para a China.

Esse aumento é justamente a causa da preocupação, pois um estudo realizado pela Fundação Amigos da Natureza (FAN) concluiu que, nas últimas duas décadas, 60% do desmatamento no país foi provocado pela pecuária, um panorama que se repete em outros países da região, como o Brasil e a Colômbia.

A ESPERANÇA DE UM BOOM DA CARNE

Em 26 de abril, o chanceler boliviano Diego Pary e o ministro de Administração de Aduanas da China, Ni Yuefeng, firmaram um protocolo que franqueou a exportação da carne de gado da Bolívia para o país asiático.

Em razão do aumento vertiginoso do consumo de carne bovina entre os mais de 1,4 bilhão de habitantes da China, fazendeiros e funcionários públicos bolivianos alimentam a esperança de uma intensificação do setor.

“Isto significa exportar, em meio ano, quase o total de uma década”, afirmou Gary Rodríguez, presidente do IBCE, que congrega os exportadores. “Em 2020, venderíamos 150 milhões de dólares ao mundo somente com a exportação de carne. Mas a projeção é passar de 10 a 17 milhões de cabeças em 10 anos”.

Cumprir essa meta implica exceder os 13 milhões de hectares usados para o gado, chegando a 20 milhões, segundo estimativas do Plano de Desenvolvimento Pecuário 2020-2030 apresentado pelos pecuaristas ao presidente Evo

Morales, em janeiro.

Alcançar esse objetivo implica ajudar os pequenos criadores a aumentar sua produtividade, apoiá-los com créditos produtivos e capacitação agropecuária, investir em infraestrutura produtiva e comercial, além da construção de represas, segundo declarou publicamente em janeiro Oscar Ciro Pereyra, presidente da Confederação de Criadores de Gado da Bolívia (Congabol).

Só não ficou claro como esse plano seria concretizado. O Diálogo Chino tentou comunicar-se com Pereyra em três oportunidades para tentar entendê-lo, sem obter resposta.

Na mira dos criadores estão mercados como o Vietnã (já aberto), a Rússia (em negociação) e a União Europeia (que só aprovou cortes selecionados), pois mais de 90% da carne exportada atualmente (cerca de 3,5 mil toneladas) vai para o Peru. Nenhum deles é tão promissor como a China.

Pelo menos três empresas do estado de Santa Cruz estão prontas para exportar carne bovina para o gigante asiático, já tendo sido visitadas por seus clientes chineses e certificadas pelo Serviço Nacional de Sanidade

Agropecuária e Inocuidade Alimentar (Senasag).

Por outro lado, fazendeiros da região amazônica de Beni esperam que o governo cumpra sua promessa de construir um frigorífico na capital, Trinidad, para exportar diretamente, sem depender – como acontece hoje— de Santa Cruz.

“Em Beni temos muito potencial para crescer, mas necessitamos de investimentos. Esperamos a abertura das exportações e a aprovação do novo Plano de Uso do Solo para que possamos ter infraestrutura local, respeitando o ambiente e sem desmatar”, disse José Eduardo Iriarte, membro da direção da Federação de Criadores de Beni (FegaBeni).

É justamente essa a maior preocupação – que “cortem árvores” ou desmatem – para o setor científico e ambiental.

“Com este tipo de agroextrativismo vamos agravar ainda mais os problemas da seca, inundações, mudanças climáticas, aparecimento de pragas, erosão do solo. A ampliação da fronteira agrícola se concentra especialmente em Beni. Estamos sofrendo com a seca porque há um desmatamento selvagem em Beni e Santa Cruz”, afirmou Miguel Ángel Crespo, especialista em agroecología e diretor da ONG ambiental Probioma.

“Os criadores não querem entender que devem conservar as florestas, porque é lá que o gado se abriga de altas e baixas temperaturas, que geram estresse e baixam o rendimento. Mas eles só querem os pampas”, acrescenta.

GADO VERSUS FLORESTA

A principal causa do desmatamento na Bolívia é a pecuária. Ao menos foi essa a conclusão de um estudo realizado pela Fundação Amigos da Natureza (FAN), publicado em 2014.

“A partir do ano 2000, muda a percepção que tínhamos de que a expansão da fronteira agrícola era principalmente para a soja. A partir de 2000, até 2018, foi a pecuária. Analisamos até 2013 e mais de 60% do desmatamento foi causado pela criação de gado”, garante sua diretora Natalia Calderón, especialista em mudanças climáticas e conservação.

“Significa a ampliação do espaço que se destina ao gado e não se fala de sustentabilidade, da carga animal, dos ecossistemas nos quais vai se expandir a produção de carne. Não se fala de incentivos para produtores, de tecnologia, de assistência técnica, de monitoramento adequado, de controle e fiscalização”, explica, acrescentando que foi detectado o aumento do desmatamento em regiões como Charagua e Chiquitania, em Santa Cruz, estado em que foi verificado 78% do desmatamento no país.

O problema, segundo os técnicos do setor ambiental, é que as tratativas sobre o incremento da produção de carne não vêm acompanhadas de uma discussão sobre o manejo de solos ou soluções mais apropriadas para fazer frente às mudanças climáticas, como o sistema silvipastoril, onde os animais dividem o espaço com as árvores.

“É preciso pensar em modificar o modelo de produção para um mais sustentável, com produtos qualitativamente diferentes e não similares aos produzidos – por exemplo – no Brasil, Argentina e Paraguai”, declarou Miguel Ángel Crespo, que está preocupado que a exportação não seja rentável, em razão do custo de transportar a carne do interior até um porto do Pacífico, para depois enviá-la à China.

“Para exportar, a Bolívia precisa apostar em produtos qualitativamente diferentes. Se quiser exportar carne ecológica, de gado alimentado em pastos naturais, Seria a única saída para que a Bolívia se tornasse competitiva. seria, vai ser outro desastre como a soja, pois os preços caem e os produtores pedem que o governo lhes pague subsídios, que saem de nossos impostos”.

Os pecuaristas não admitem que seu setor seja o maior responsável pelo desmatamento, sobretudo em Beni, que possui amplas planícies cobertas por pastos (pampas e savanas), além de florestas tropicais úmidas nas zonas ao sopé das montanhas.

“É completamente falso. A criação de gado em Beni é feita nos pampas e o corte de árvores é mínimo, se comparamos com Santa Cruz ou com o Brasil. O corte da vegetação é somente para a construção de currais, em lugares altos. Nós cuidamos do meio ambiente, desde o tempo de nossos avós desenvolvemos a pecuária nos pampas, inclusive a agricultura que queremos agora é no mesmo sistema”, anunciou o líder corporativo Iriarte, mesmo

reconhecendo que houve desmatamento no norte, nas povoações de Riberalta, Guayaramerín e na província Vaca Díez.

A particularidade da carne beniana, que leva o selo “Bolívia Natural Beef”, reconhecido internacionalmente, poderia sinalizar um caminho para outras regiões.

“Em Beni existe pecuária, mas em pastagens naturais, o que não necessariamente implica em desmatamento. Ali deveria haver cuidado com tudo que se relaciona com o manejo de água e solo”, concorda Calderón, da FAN.

Em todo caso, alguns pesquisadores ainda acreditam que há razões para cautela. Mesmo que o setor pecuarista planeje sua produção de gado em pastos existentes e em pampas naturais, o desmatamento ilegal pode acabar acontecendo.

“É preciso considerar que os pampas, como tal, cumprem importantes funções no ecossistema, que se perderão ao converterem-se em pastagens para o gado”, assegura o biólogo Vincent Vos, do Centro de Pesquisa e Promoção do Campesinato (Cipca). Para ele, é preocupante que o novo plano de uso do solo de Beni identifique áreas de uso agropecuário extensivo em zonas que ainda possuem muitas matas nativas e, inclusive, com planos de manejo florestal registrados na Autoridade de Bosques e Terras (ABT), em municípios como Riberalta.

Se não forem tomadas medidas racionais sobre o desmatamento e o uso de

transgênicos e agrotóxicos para a produção de alimentos, assegura o diretor da Probioma, “o mundo vai fechar as portas para nós. Esses dois aspectos vão influenciar bastante nas exportações e no setor agropecuário. Cada vez mais, os países têm regulações que estão impedindo a entrada de produtos provenientes de regiões com uso excessivo de transgênicos e agroquímicos e de zonas de desmatamento”.

Esses não são os únicos impactos ambientais que poderiam ser potencializados com uma atividade pecuária.

Além do desmatamento, a criação de gado também impacta a água e está se estendendo em Chaco e Chiquitania, regiões com problemas de déficit hídrico.

“A pecuária está se expandindo em duas áreas críticas para essa questão: em Chaco e Chiquitania, ecossistemas que já são frágeis em relação à quantidade de água. Os cenários de mudanças climáticas demonstram que neles haverá uma redução de água”, revela Natalia Calderón, cuja organização também estudou a contaminação das fontes de água com as fezes do gado.

“Os ecossistemas já são vulneráveis por si próprios quando o tema é água. Agregando mudanças climáticas e mais uma expansão das áreas de pecuária, sem considerar um manejo adequado do recurso hídrico, poderia ser crítico”, admite.


Os planos da Bolívia de aumentar sua produção de carne e exportá-la até o outro lado do mundo poderia entrar

em choque com outra realidade.

Atualmente, muitos setores promovem a diminuição da ingestão de carne vermelha. As Nações Unidas consideram, segundo o relatório Global Environment Outlook, que uma redução em seu consumo acarretaria, por sua vez, uma queda nos gases de efeito estufa, em razão das quantidades de metano que o gado envia à atmosfera.

“Um dos grandes desafios para o planeta é atender à grande demanda de alimentos, por causa do crescimento da população e, ao mesmo tempo, reduzir os impactos da agricultura e da pecuária para suprir a demanda de alimentos. Desconhecemos se existem políticas públicas para garantir que este processo seja sustentável ou se há exigências dos mercados (China e Rússia) sobre esse tema, ou que as agroindústrias estejam considerando estes pontos nos acordos”, concluiu Calderón.

Em maio, em uma reunião com membros de uma comissão da Câmara dos Deputados, a Congabol, confederação de pecuaristas bolivianos, afirmou que tem uma estratégia que leva em consideração a inovação tecnológica e a competitividade, para impulsionar uma produção sustentável da atividade.

Mesmo não sendo conhecidos mais detalhes da existência dessas soluções – e se seriam implementadas de modo eficaz – isso poderia significar que a promessa de um mercado atrativo para a carne, como o chinês, não vai significar que a Bolívia continue perdendo suas florestas. 

Será que o gado criado em florestas é melhor para o meio ambiente?

Argentina explora pecuária silvipastoril, com melhores critérios ambientais e menos emissões

A cena é de um futuro possível. Em Beijing, uma jovem usa seu smartphone para fotografar um código QR na embalagem de um pedaço de carne argentina. Ela descobre que foi produzida com vacas que desfrutaram da sombra das árvores de uma floresta.

Especialistas dizem que a pecuária silvipastoril — um método que combina no mesmo espaço gado, árvores e pastos — tem uma gama de benefícios para além do bem-estar de animais, incluindo solos mais saudáveis e menos emissões de gases do efeito estufa. As suas duas variedades envolvem ou plantar árvores ou criar gado em florestas nativas pré-existentes.

“É um sistema muito bom nos níveis ambiental, econômico e social”, afirma Pedro Botta, engenheiro agrônomo e diretor do Delta, Bosques e Florestas do Ministério de Agroindústria da Província de Buenos Aires. Lá, a pecuária silvipastoril está ganhando terreno em pequenas ilhas cercadas das águas turvas do rio Paraná de Las Palmas.

Em florestas nativas, esse tipo de pecuária é mais desenvolvida na região do Chaco e na

Patagônia, com uma extensão total estimada em sete milhões de hectares. Em florestas plantadas, se calculam cerca de 150 mil hectares, sobretudo em Corrientes, Buenos Aires, Missões e Neuquén.

BEM-ESTAR ANIMAL

Na Estação Experimental Delta do Instituto Nacional de Tecnología Agropecuária (Inta), um projeto silvipastoril que combina a produção florestal, a pecuária bovina e a apicultura está sendo desenvolvido em um mesmo sistema chamado por seus responsáveis de “virtuoso”.

Nessa estação do Inta, o engenheiro Edgardo Casaubón afirma que o grande diferencial desse sistema é o “conceito de bem-estar animal”.

O veterinário Juan Ravalli, do Ministério de Agroindústria, concorda: “Os animais estão tranquilos, não têm problemas de insolação por causa das árvores.”

Ao mesmo tempo, Botta afirma: “Nos sistemas silvipastoris, a vaca tem cara de tranquilidade, de satisfação. Em campos abertos ou em confinamento, o gado sofre

com o calor e, se há uma mudança de temperaturas, os animais podem morrer.”

MENOS PESTICIDAS, PASTOS MELHORES

Outra diferença em relação a outros sistemas de pecuária é a baixa utilização de agrotóxicos para manter a qualidade dos pastos, de que se alimenta o gado.

A Argentina utiliza atualmente mais de 300 milhões de litros de agrotóxicos por ano, um crescimento exponencial se comparados com os 34 milhões que eram utilizados em 1990.

“O uso de químicos é mínimo ou nulo, se comparamos com outros sistemas de pecuária”, argumenta Casaubón. “Uma das principais pragas da região do Delta é uma espécie de lagarta”, exemplifica. “Como temos árvores, nelas podem ficar aves insetívoras que comem a lagarta, e não preciso usar químicos.”

Botta observa que a sombra gerada pelas árvores nos sistemas silvipastoris muda a composição do pasto e permite o crescimento de espécies forrageiras de melhor qualidade.

Ao mesmo tempo, as árvores ajudam a evitar a erosão do solo, segundo Patricia Cornaglia, diretora do Grupo de Estudo e Trabalho de Ecologia e Manejo de Sistemas Silvipastoris da Faculdade de Agronomia da Universidade de Buenos Aires (Fauba).

“As árvores evitam a erosão dos solos e, se plantadas com uma distância correta entre si, permitem o crescimento de pastos naturais e de um sub-bosque que serve de refúgio

para a fauna”, argumenta Cornaglia.

O PAPEL DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

A pecuária é uma das principais fontes de emissões de gases de efeito estufa em nível global. Isso se deve ao metano e ao óxido nitroso emitido pelo gado. No caso da Argentina, a atividade pecuária gera cerca de 25% das emissões nacionais.

Os sistemas silvipastoris são menos prejudiciais à atmosfera, uma vez que as árvores absorvem parte das emissões do gado, segundo Cornaglia. É por isso que a expansão do sistema na Argentina poderia reduzir o nível de emissões do país, cumprindo os compromissos climáticos firmados pelo governo.

A redução de emissões do sistema silvipastoril pode inclusive permitir a produção de uma carne carbono neutro.

Produtores calculam a emissão anual de metano e óxido nitroso – os gases mais potentes em termos de potencial para aquecimento global — pelo gado e fazem a conta do valor equivalente em termos de dióxido de carbono. Cada grama de óxido nitroso emitido por vacas vale 300 gramas de dióxido de carbono, enquanto cada grama de metano equivale a 25 gramas de dióxido de carbono.

“No Brasil, eles estimam que cada hectare de eucalipto plantado é capaz de compensar por cinco vacas”, diz Botta. “Com 100 hectares, eles podem compensar por 500 vacas.”

Um produto assim pode

atrair mercados internacionais como a China, onde muitos consumidores se importam cada vez mais com os impactos ambientais de seus alimentos.

“O gado criado a pasto tem mais valor porque não tem hormônios, nem qualquer produto que o engorde de maneira artificial ou com grãos, que são transgênicos. Se, além disso, há aspectos relacionados ao bem-estar animal e um certificado de carne carbono neutro, o produto se valoriza ainda mais”, explica Cornaglia.

EXPORTAÇÃO PARA A CHINA

Em 2018, a Argentina exportou um total de 550.503 toneladas de carne bovina, das quais 207.999 foram enviadas à China. O segundo destino que recebeu maior volume da carne argentina foi a Rússia, que comprou 42.380 toneladas. Somados, ambos os países representam dois terços das exportações.

A exportação para a China é explicada, em parte, pelo fato de que o país quintuplicou seu consumo de carne bovina nos últimos 9 anos. O aumento se deve ao crescimento da classe média, mudanças na dieta e campanhas de marketing da Argentina para levar seu produto a novos mercados.

A possibilidade de a Argentina exportar carne carbono neutro com certificação de criação silvipastoril é real, afirma Ernesto Fernández Taboada, diretor executivo da Câmara Argentina Chinesa, ressaltando o potencial do setor para os próximos anos.

“Quando a Argentina puder divulgar que uma parte

de sua produção tem esse certificado, isso pode interessar a um setor dos consumidores chineses que quer consumir produtos saudáveis. Vemos isso com bons olhos”, acrescenta.


CRÍTICAS DE AMBIENTALISTAS

Apesar de seus benefícios, organizações ambientalistas argentinas questionam alguns aspectos do desenvolvimento de sistemas silvipastoris.

“Quando vemos um sistema silvipastoril, é fácil cair de amores, tudo é divino. Mas se antes havia pastos naturais com muita biodiversidade e hoje há sistemas silvipastoris com apenas três espécies de árvores, é um desastre”, afirma Pablo Preliasco, responsável por pecuária sustentável na Fundação Vida Silvestre Argentina.

A Vida Silvestre promove um sistema silvipastoril chamado Manejo de Florestas com Pecuária Integrada. Segundo Preliasco, o sistema “aproveita a floresta nativa, conserva a biodiversidade, mantém os serviços ecossistêmicos e ao mesmo tempo produz carne e mais dinheiro.”

O Greenpeace, por sua vez, questiona os sistemas silvipastoris, mesmo o realizado pelo Manejo de Florestas com Pecuária Integrada.

“Esses sistemas priorizam o desenvolvimento agropecuário mais do que o ambiental, e numa escala grande demais que não garante a manutenção e a regeneração das florestas nativas”, opina Noemí Cruz, coordenadora da campanha florestal da ONG. 

Os substitutos da carne podem reduzir a pegada ambiental da China na América Latina?

O avanço dos produtos de carne de origem vegetal pode reduzir as pressões sobre a terra e a água



De acordo com uma pesquisa recente, mais de 60% dos consumidores chineses pretendem ingerir mais frutas e verduras e 39% estão reduzindo sua ingestão total de carne.

Foto: Fabio Barbato

O restaurante Ming Court, premiado com uma estrela Michelin em Hong Kong, célebre por sua autêntica cozinha cantonesa, surpreendeu no ano passado ao servir uma versão especial do porco agridoce, um prato tradicional do sul da China.

Para fazer o prato, o chef Li Yuet Faat trocou a carne suína autêntica por Omnipork, um substituto de carne feito com ervilhas, soja e proteína de cogumelos. Criado

pela empresa Right Treat, com sede em Hong Kong, o Omnipork oferece uma alternativa mais saudável para os consumidores e, ao mesmo tempo, reduz drasticamente o impacto causado pelo consumo de carne.

Em uma carta na qual explica a razão de lançar um produto que imita o uso da carne de porco na cozinha asiática, o fundador da Right Treat, David Yeung, explicou: “Na China,

65% da carne consumida é suína. São 1,3 bilhão de seres humanos na China para somente 700 milhões de porcos”.

O tamanho da indústria suína da China converteu o país no maior consumidor e importador de soja no mundo. Em geral, isso significa que os chineses consomem 20% da carne suína do mundo. Em 2018, quase 75% das importações de soja da China provinham

do Brasil. Impulsionada pelo aumento da riqueza, a China também se converteu no maior comprador de carne bovina de Argentina, Brasil e Uruguai.

Enquanto os governos latino-americanos celebram uma relação comercial cada vez mais estreita com a China, as organizações ambientais estão preocupadas com os impactos ambientais. Só no Brasil, o aumento da produção de soja resultou na perda de 223.000 hectares de florestas entre 2013 e 2017.

“Limpar a terra para a criação e para o cultivo de alimentos, como o milho e a soja, é a principal causa de desmatamento e destruição ecológica na América Latina, o que ocorre, em grande parte, para satisfazer a demanda do mercado chinês de carne”, diz Matt Ball, do Good Food Institute, uma organização sem fins lucrativos com sede nos Estados Unidos, que promove proteínas de origem vegetal, alternativas à carne.

“Se a China realizasse um movimento em prol das carnes de origem vegetal, a sustentabilidade agrícola, tanto na China como na América Latina, melhoraria muito, pois a carne de origem vegetal requer um uso muito menor da terra”, afirmou Ball.

MUDANDO AS PREFERÊNCIAS ALIMENTARES

Segundo uma recente pesquisa respaldada pelo governo da Nova Zelândia, mais de 60% dos consumidores chineses têm a intenção de comer mais frutas e verduras, e 39% está

reduzindo seu consumo total de carne. Essa transformação é atribuída a uma conscientização sobre a saúde que, por sua vez, é estimulada pelo aumento de renda.

Além disso, 42% dos entrevistados demonstraram vontade de consumir alimentos que sejam bons para o meio ambiente, sendo que mais de 50% estão interessados em provar novos produtos de proteínas de origem vegetal.

“

90% menos emissões de gases de efeito estufa são geradas pelo ‘Beyond Burger’ do que pelos hambúrgueres de carne bovina tradicionais

O consumo de proteínas animais, entretanto, não vai acabar tão cedo. Mesmo se houver uma diminuição no consumo da carne suína, é esperado um aumento da ingestão de laticínios, frutos do mar e carne bovina.

As políticas públicas também desempenham hoje um papel importante na configuração das opções dos consumidores. Em 2016, impelido por problemas de saúde pública e ambientais,

o governo chinês publicou diretrizes alimentares nacionais que recomendavam uma redução de 50% no consumo de carne.

Para promover essas normas, a Sociedade Chinesa de Nutrição associou-se à WildAid, uma organização de defesa do meio ambiente, com sede em São Francisco, para produzir uma campanha de publicidade, que destacava os benefícios de uma dieta baseada em vegetais.

Em um vídeo protagonizado por Arnold Schwarzenegger e James Cameron, a WildAid estabeleceu explicitamente a conexão entre o consumo de carne e o dano ambiental.

“Um aumento na percepção sobre o impacto negativo da carne sobre a saúde, tanto pessoal como global, tende a fazer com que os consumidores considerem mais opções baseadas em vegetais”, segundo Jen Leung, diretora de clima da WildAid. “A dieta tradicional chinesa usa muitos vegetais e sempre utilizou alternativas à carne, como o tofu e o glúten de trigo”.

O AVANÇO DA PROTEÍNA VEGETAL

As vantagens ambientais são responsáveis por uma boa parte da história de sucesso dos produtores de alimentos de origem vegetal, como a Beyond Meat, que viu o preço das suas ações disparar cerca de 600% desde seu IPO em maio, com a previsão de um total de vendas de 210 milhões de dólares para 2019.

Para atrair consumidores e

investidores, a Beyond Meat e sua concorrente Impossible Foods dependem em grande parte de um posicionamento de produto impulsionado pelos benefícios ambientais dos substitutos da carne à base de vegetais.

Em uma “avaliação do ciclo de vida” publicada recentemente, a Impossible Foods disse que seus hambúrgueres necessitam, para sua produção, de 87% menos água e 96% menos terra que a carne de gado convencional e, além do mais, geram 89% menos emissões de gases de efeito estufa.

Em um relatório similar publicado em 2018, pesquisadores da Universidade de Michigan descobriram que a Beyond Burger produz 90% menos emissões de gases de efeito estufa e necessita 46% menos energia que sua concorrente, a carne de boi.

Depois de haver lançado seus produtos em Hong Kong, Impossible e Beyond estão entre as muitas empresas internacionais que vendem produtos baseados em vegetais e que hoje estão de olho no mercado chinês.

Os atores domésticos também não querem ficar atrás. Várias companhias chinesas, como a Whole Perfect Food, comercializaram “carne falsa” durante décadas, principalmente buscando os consumidores que não comem carne por motivos religiosos.

Percebendo o sucesso de seus pares no estrangeiro, estas empresas agora estão se tornando mais atraentes

para os consumidores convencionais.

Do ponto de vista comercial e ambiental, a China se converteu no mercado mais valioso da indústria da carne alternativa, pois representa 28% do consumo mundial de carne e 50% do consumo global de carne de porco.

Essas informações são difíceis de conseguir, mas um relatório recente do Good Food Institute estima que as vendas de carne de origem vegetal na China chegaram aos 910 milhões de dólares em 2018, o que representa uma taxa de crescimento anual média de 15% nos últimos cinco anos.

IMPACTO NA AMÉRICA LATINA

Incentivadas pela atual disputa comercial com os Estados Unidos, as compras de soja brasileira pela China aumentaram 30% em 2018, atingindo os 66 milhões de toneladas e representando 75% do total das importações.

Em teoria, trocar o consumo da carne de porco por alternativas baseadas em vegetais poderia reduzir a demanda pela soja sul-americana que a China utiliza, principalmente para alimentar os porcos.

É difícil prever quão rápido poderia acontecer essa mudança, dado o estado incipiente do mercado de substitutos da carne, particularmente porque muitos produtos de origem vegetal incluem a proteína de soja como um ingrediente primordial, o que poderia sustentar a demanda de soja,

inclusive se o consumo por carne diminuir.


E mesmo que a demanda por soja diminua, é esperado que o consumo de carne bovina da América do Sul aumente cada vez mais na China.

Os aumentos marginais na produção de soja e carne têm um impacto ambiental desproporcional em países produtores como o Brasil e, portanto, uma desaceleração da demanda poderia ter grandes efeitos.

Segundo Leung, “reduzir o consumo de carne pode ter um impacto enorme nos países produtores de carne, e pode melhorar a qualidade da água e do ar, pode proteger as florestas e a biodiversidade e gerar um impacto significativo na mitigação do clima, ao reduzir as emissões gerais de gases de efeito estufa”.

No curto prazo, os ambientalistas podem ter um aliado inesperado e poderoso na luta para mudar a percepção dos consumidores sobre a carne.

A peste suína africana poderia reduzir a produção de carne de porco na China em 30% em 2019, o que reduziria muito a demanda local pela soja da América do Sul.

Com a expectativa de aumento de preço da carne suína em até 70% na China e a intensificação das preocupações sobre a segurança alimentar, os consumidores chineses podem avançar rapidamente em direção às alternativas baseadas em vegetais. 



Uma fazenda de soja no Mato Grosso, vista de cima. Foto: Sentinel Hub

[Thais Lazzeri](#)

Demanda chinesa por soja ligada a 223 mil hectares de desmatamento no Brasil

Risco de desmatamento se concentra em 8% do volume de soja importado por chineses, aponta relatório

A importação de soja brasileira pela China pode estar ligada a duas Nova Yorks de desmatamento no Brasil, ou 223 mil hectares, entre 2013 e 2017. O número é resultado de um levantamento inédito sobre a cadeia produtiva da soja exportada para a China, realizado pela Trase, plataforma global independente que monitora cadeias produtivas de commodities.

Para calcular a exposição

da soja comprada pela China ao desmatamento, a Trase multiplicou o total de desmatamento relacionado a soja nos locais que produzem para exportar para a China pela proporção da soja produzida nessas áreas que foi efetivamente comprada pelos chineses.

Os números fazem da China o país importador mais exposto ao risco de desmatamento, segundo a Trase. Mas isso só ocorre porque são também

os chineses os maiores compradores da soja brasileira. No período de 2013 a 2017, a China comprou 42% da produção nacional de soja — quase três vezes o volume comprado pela União Europeia.

“A China é o principal comprador e realmente promove alterações de grandes regiões no Brasil”, afirma André Vasconcelos, pesquisador da América Latina na Global Canopy,

responsável pela Trase junto com o Stockholm Environment Institute.

O Brasil plantou três Holandas de soja, ou 128.600 quilômetros quadrados, para entregar as 54 milhões de toneladas compradas pela China em 2017. No ano passado, a importação cresceu ainda mais, para 84 milhões de toneladas.

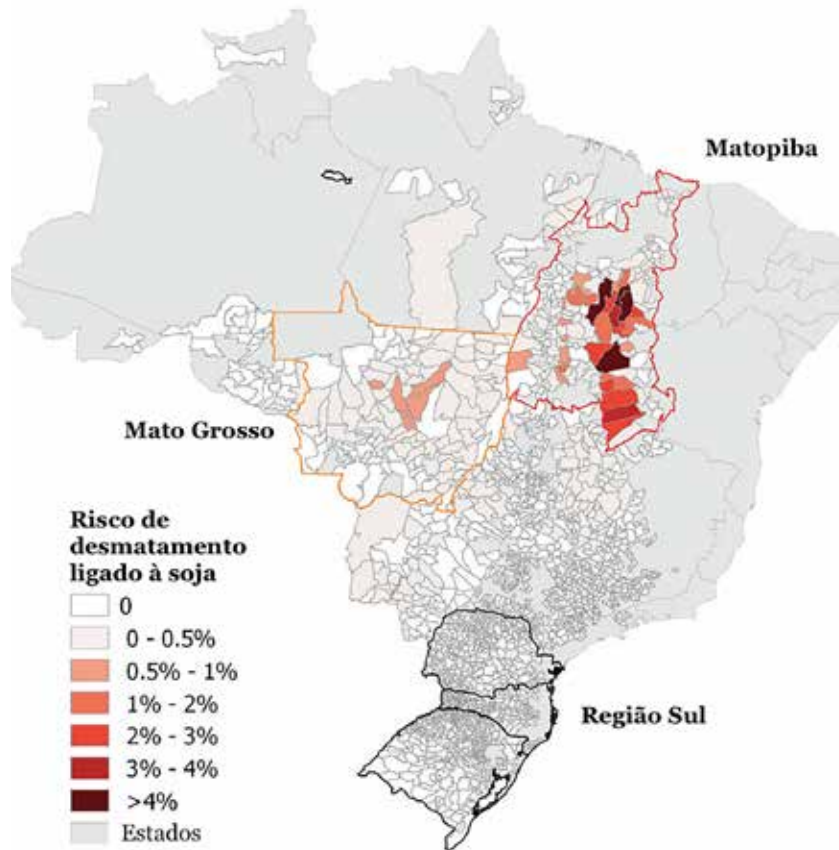
DESMATAMENTO LOCALIZADO

Embora a soja exportada para a China venha de mais de 2 mil municípios pelo Brasil, o levantamento da Trase mostra que o risco de desmatamento associado a exportações para a China está concentrado em poucos deles, responsáveis por apenas 8% do volume comprado.

“Como está bem concentrado, acreditamos que seja uma oportunidade para a China reduzir esse impacto”, calcula Vasconcelos.

O volume com maior risco sai do coração do Matopiba, como é chamada a região composta por quatro estados brasileiros, Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. O bioma da região, o Cerrado, é o mais ameaçado pelo desmatamento no Brasil — e também onde mais se expandem as plantações de soja. Entre 2001 e 2017, mostrou o Atlas Agropecuário do Imaflora, a produção de soja no Matopiba cresceu 310%.

O risco de desmatamento associado na região, isto é, a probabilidade de o



grão estar associado ao desmatamento, é de 80%. O cálculo é feito a partir de dados de produção de commodities, padrões de compra e desmatamento. Por exemplo, se um país compra metade da soja de um município brasileiro onde 800 hectares de desmatamento estão diretamente ligados à produção de soja, o risco de desmatamento de soja para aquela empresa é de 400 hectares, ou 50% do total.

Apesar dos riscos associados aos grandes volumes de exportação, a China compra, proporcionalmente, menos soja de lugares com alto risco de desmatamento do que a União Europeia. Isso ocorre porque, enquanto a China compra a maior parte da sua produção da região Sul do Brasil, a Europa concentra suas compras

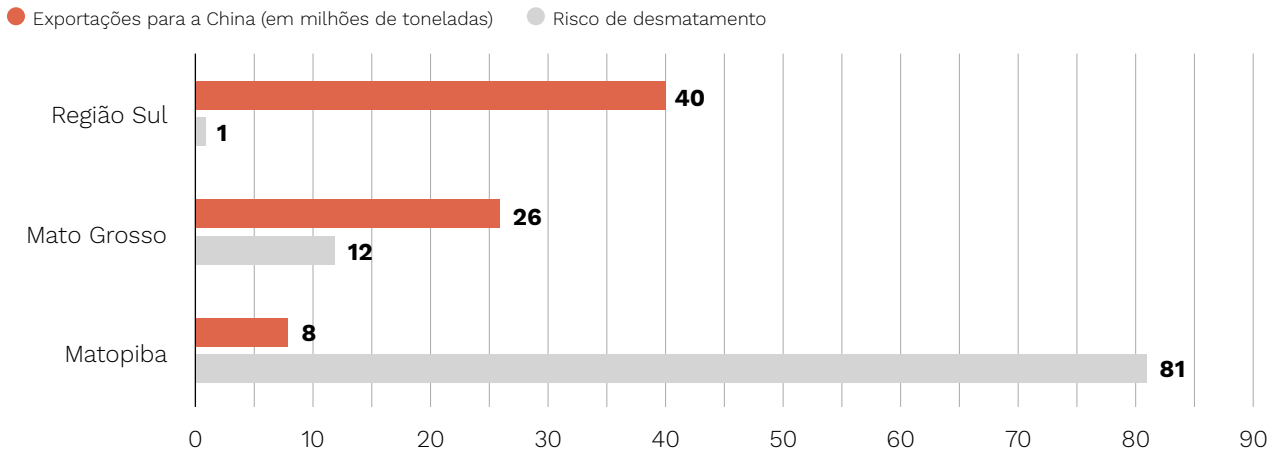
exatamente na região do Matopiba, onde há mais risco.

EMPRESAS RESPONSÁVEIS

O levantamento feito pela equipe da Trase mostrou, ainda, que apesar de centenas de empresas estarem envolvidas na cadeia produtiva da soja Brasil-China, apenas seis empresas são responsáveis por 70% do volume exportado do Matopiba para a China: Agrex, Amaggi, LD Commodities, Multigrain, Cargill, Bunge e ADM.

A Cofco, maior empresa chinesa envolvida na cadeia, também está entre as maiores exportadoras de soja para a China — com 7% do volume exportado. No Matopiba, é responsável por 6% das exportações, sendo a sétima maior exportadora.

Risco de desmatamento associado à soja e volume de exportação para a China por região 2013-2017



Em janeiro deste ano, o presidente da Cofco, Jun Lyu, surpreendeu no Fórum Econômico Mundial em Davos ao publicar um artigo em que conclamou a comunidade internacional a unir esforços para combater o desmatamento. Em seu texto, o executivo chamou atenção às vulnerabilidades da cadeia produtiva da soja e à necessidade de proteger o Cerrado brasileiro em especial.

“Os esforços contra o desmatamento ganhariam um impulso significativo se mais participantes de mercados emergentes, tanto nos países produtores quanto nos de consumo, apoiassem de commodities sustentáveis”, escreveu. “Vamos usar esta oportunidade em Davos para levar esta colaboração à frente”.

Vasconcelos vê uma preocupação crescente entre as empresas chinesas com desmatamento na cadeia produtiva. “Vemos com muito entusiasmo o posicionamento que a Cofco adotou. É importante que o setor se posicione e que trabalhe para combater o desmatamento”, disse.

Empresas como a Cofco também estão preocupadas com danos às suas reputações, junto a acionistas e consumidores. Especialistas acreditam que a associação da soja brasileira a este tipo de dano pode impactar o crescimento do Brasil em novos mercados, se parceiros comerciais deixarem de comprar em razão do risco.

Pesquisas mostram que não é necessário desmatar para aumentar a produção. Entre 1991 e 2017, a produção de grãos subiu 312%, enquanto a área plantada aumentou 61%, segundo dados do Observatório do Clima. O uso de áreas já degradadas é uma opção defendida por pesquisadores. Juntas, as áreas degradadas na Amazônia e no Cerrado ultrapassam 30 milhões de hectares.

“É mais ou menos o tamanho de uma agricultura brasileira que está abandonada e em processo de degradação”, afirma Eduardo Assad, pesquisador da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária).

AS CONSEQUÊNCIAS

O desmatamento já está provocando alterações no regime de chuvas. Segundo a Associação dos Produtores de Soja e Milho (Aprosoja), o Brasil perdeu 11 milhões de toneladas de grãos, algo em torno de R\$ 17 bilhões, por conta de eventos climáticos, como chuvas fortes e estiagens longas. Para Assad, o problema é conhecido.

Sem florestas em pé, a capacidade de captar e bombear água para a atmosfera, a chamada evapotranspiração, diminui drasticamente. As chuvas que vêm da Amazônia vão se diluindo e não chegam ao Cerrado, por exemplo, comprometendo as safras por deficiência hídrica. Chuvas concentradas são igualmente prejudiciais.

A vegetação desmatada também é combustível para a emissão de gases de efeito estufa. Em 2016, o Brasil alcançou o sexto lugar na lista de maiores emissores de gases do mundo. Naquele ano, 51% dos 2.278 bilhões de toneladas emitidas entraram na conta do desmatamento. 🇧🇷



Foto: Richard Walker

[Manuela Andreoni](#)

Guerra fiscal assusta ambientalistas no Brasil

Conflito entre EUA e China aumenta demanda por soja brasileira, e pode provocar desmatamento

Durante anos, Arnaldo Carneiro trabalhou em uma grande estratégia para conter o desmatamento no Brasil.

Com estudos e investigações, ele demonstrava a importadores da soja brasileira sua responsabilidade na degradação do meio ambiente, e depois implorava que eles comprassem apenas de produtores rurais que pudessem garantir desmatamento zero.

A estratégia sempre recebeu mais atenção na Europa, por

mais que seu impacto tenha sido limitado. Em 2015, sete países europeus assinaram a Declaração de Amsterdã para se comprometer a apoiar iniciativas do setor privado contra o desmatamento em suas cadeias produtivas.

“A Europa é um mercado um pouco mais consciente,” diz Carneiro, que é diretor da ONG Global Canopy. “[Eles estão] preocupados com impactos que geram na ponta.”

Mas a estratégia de Carneiro acaba de sofrer um duro golpe: a guerra fiscal entre a

China e os Estados Unidos.

O IMPACTO DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

A guerra fiscal impulsionou uma dança das cadeiras entre compradores e produtores de soja, e pode mudar significativamente como os mercados internacionais pressionam por menos desmatamento no Brasil.

Compradores chineses cada vez mais fogem para o mercado brasileiro, para evitar as altas taxas impostas à soja americana. Enquanto isso, europeus debandaram para os Estados Unidos, onde despencaram os preços da soja, que inundou o mercado ao perder ávidos clientes chineses.

Historicamente, a China absorvia cerca de um terço da produção de soja dos Estados Unidos. A população chinesa, de poder aquisitivo cada vez mais alto, quer comer melhor, e a soja é parte importante da equação para atender a esta demanda. Ela é necessária para alimentar porcos em fazendas chinesas.

Em junho de 2018, 37% da soja importada pelos europeus já vinham dos Estados Unidos, um aumento explosivo frente aos 9% registrados no ano anterior. Enquanto isso, no Brasil, o volume de soja exportado para a China cresceu 15% de janeiro a setembro de 2018, comparado a 2017, segundo números do governo brasileiro. A demanda foi tão alta que os estoques

brasileiros estão quase desabastecidos.

O resultado é uma tendência de concentração ainda maior do mercado comprador da soja brasileira na China, onde as empresas estão menos preocupadas com as consequências ambientais de sua demanda – e a estratégia de Carneiro tem menos poder de fogo.

“A China tem uma preocupação muito grande com a segurança alimentar da sua população”, explica Carneiro. Ele conversa regularmente com empresas chinesas sobre compromissos contra o desmatamento. “Estão muito menos preocupados com problemas ambientais de outros países. O que eles não querem é estarem envolvidos com qualquer ilegalidade.”

Afinal, o desmatamento de vegetação natural não é necessariamente ilegal.

Segundo o Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola, ou Imaflora, há 103 milhões de hectares de vegetação natural desprotegida no Brasil – ou seja, que podem ser desmatados legalmente.

O esforço de Carneiro era exatamente convencer os europeus a não desmatarem sequer o que era considerado legal pelo governo brasileiro. Mas com os chineses é diferente.

“O europeu quer que a gente entregue desmatamento zero nas commodities,” explica André Nassar, presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), que inclui traders importantes, como a Bunge e a Cargill. “O chinês não vai exigir da gente mais do que a gente está entregando.”

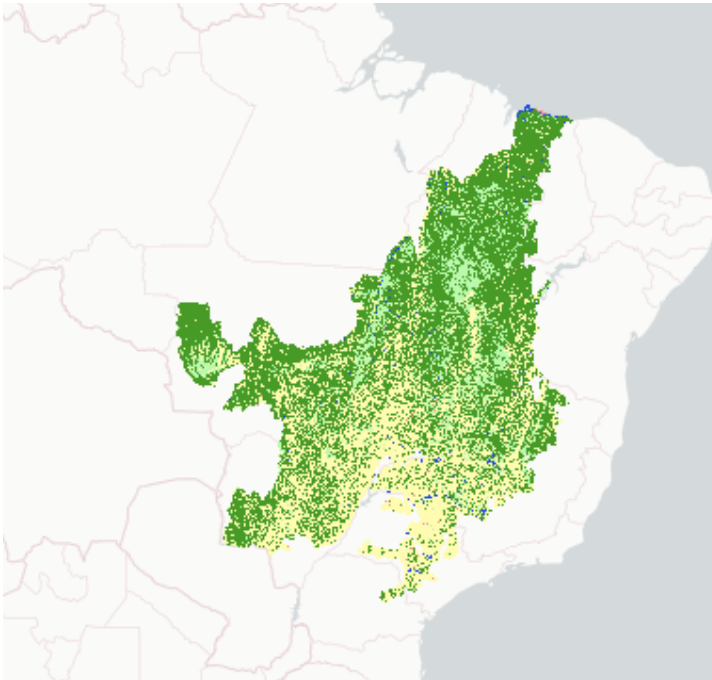
A diferença de padrão é preocupante para ambientalistas brasileiros,



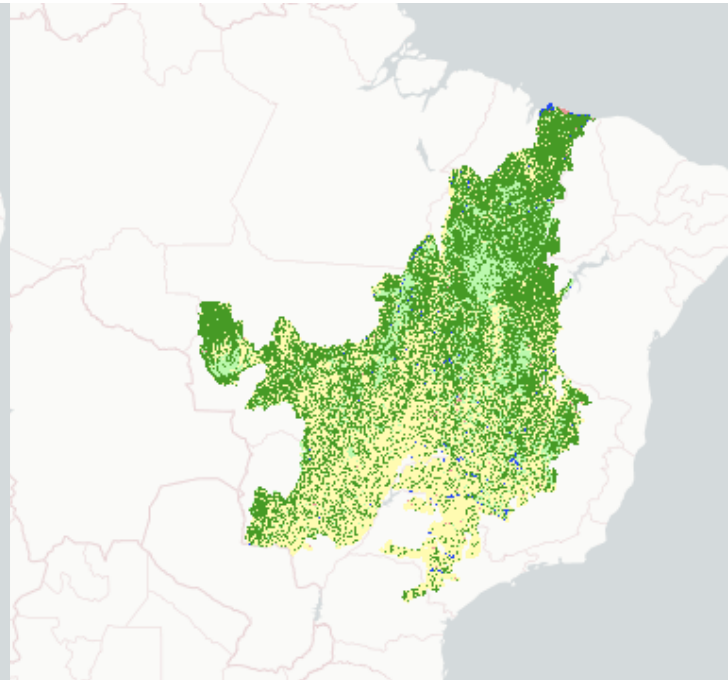
Donald Trump e Xi Jinping em reunião do G20, em 2017, antes de iniciarem a guerra fiscal entre Estados Unidos e China, que já dura mais de um ano.

Foto: Casa Branca

● Floresta ● Reserva natural não florestal ● Área de Agricultura e Pecuária



1987



1997

mas há organizações lutando para que isto mude. Rose Niu, que lidera a área de conservação do Paulson Institute, em Washington, reconhece a diferença entre os padrões europeus e chineses, mas diz que há um esforço para transformar esta realidade.

“Nos últimos três anos, várias organizações (inclusive o nosso instituto) têm trabalhado com traders de soja para que a China adote requerimentos ambientais mais rígidos no comércio com países da América do Sul,” disse Niu, em um e-mail. “Eu espero que os traders na China façam um trabalho tão bom quanto os europeus em um futuro próximo.”

DEMANDA PRESSIONA EXPANSÃO DA PRODUÇÃO

A guerra também animou produtores brasileiros a aumentarem sua produção,

de forma a absorver o máximo do excesso de demanda. E esta pressão pode resultar em mais desmatamento. Afinal, o aumento da produção deve ocorrer também a partir da expansão da área plantada.

O Brasil está prestes a desbancar os Estados Unidos como o maior produtor de soja do mundo. São 33 milhões de hectares, ou uma Malásia de plantações de soja – quase o triplo do que havia há duas décadas. Mas o Brasil não é o único país da região cuja produção está pressionada. Argentina e Paraguai também são grandes produtores de soja. Em 2016, os três países produziram juntos quase metade da soja consumida pelo mundo.

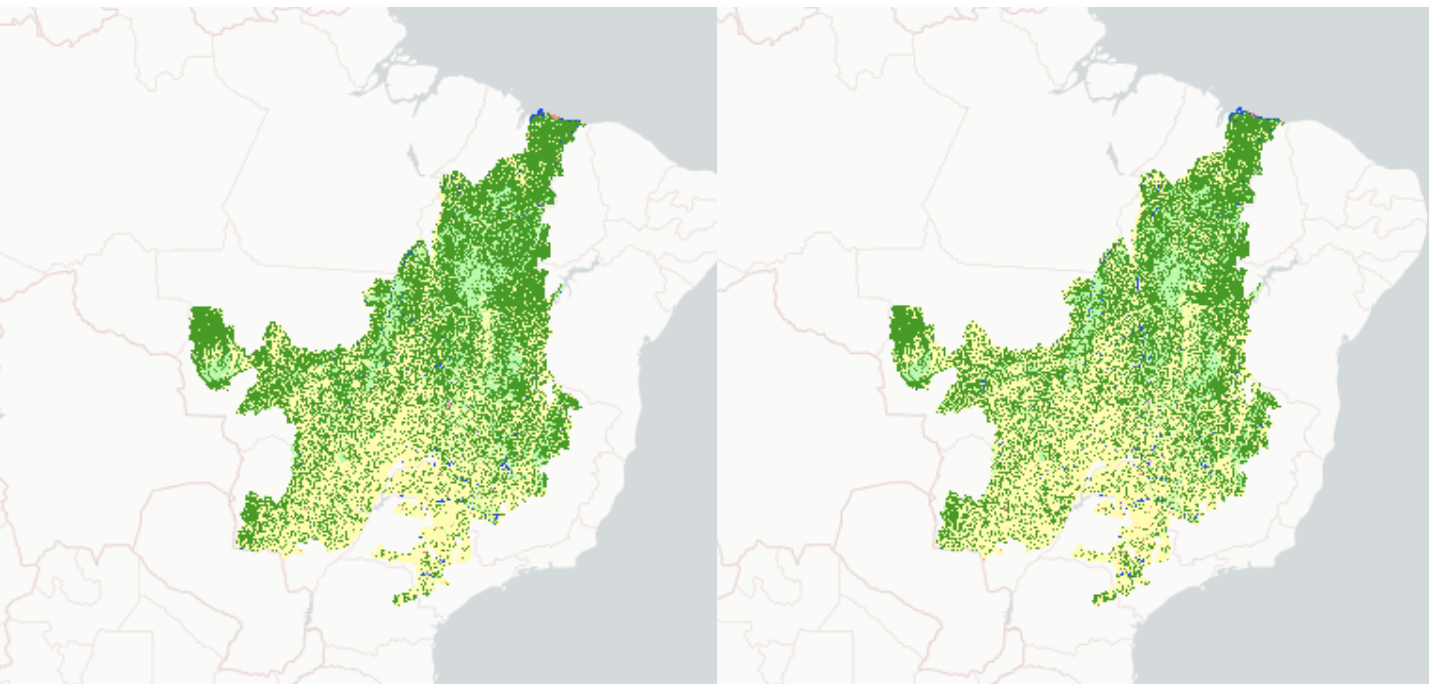
Pedro Henrique Pereira, assessor em Inteligência Comercial da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) já identificou

um frisson no mercado para expansão da produção de soja. A confederação, no entanto, tem recomendado cautela a produtores que querem investir de olho na demanda chinesa.

“Esse movimento cria bastante incerteza. Ele garante um aumento no curto prazo, mas existe um risco no médio, longo prazo, de que algum movimento possa acontecer e o produtor termine com um monte de soja na mão,” diz Pereira.

Pereira prevê um aumento não tão expressivo na área plantada, em torno de 4%. Mas o mercado dá sinais de que a animação é maior. Por exemplo, a empresa SLC Agrícola, uma das gigantes do setor no Brasil, anunciou crescimento de 7% em sua área plantada de soja para a próxima safra.

“Nosso grande receio é criar



2007

2017

uma demanda tão maior em curto espaço de tempo que pode causar desmatamento e conversão de vegetação natural,” diz Edegar de Oliveira Rosa – Coordenador do Programa Agricultura e Alimentos do WWF-Brasil.

A Amazônia está em grande parte protegida dessa fome por mais áreas plantadas. Desde 2006, um pacto chamado Moratória da Soja, entre produtores e ativistas ambientais, impede boa parte do desmatamento da floresta tropical para a produção de soja.

O perigo se concentra no Cerrado, uma espécie de savana riquíssima em biodiversidade e essencial para o equilíbrio do ecossistema brasileiro. O bioma é onde a expansão da soja mais se concentra. Desde a década de 1970, o Cerrado já perdeu quase metade da sua vegetação natural para a expansão

agrícola e de pastagens.

Segundo dados coletados pela Trase, uma plataforma global que monitora dados da cadeia produtiva de commodities, estima-se que 3,5 milhões de hectares de soja plantada no Cerrado eram vegetação nativa 15 anos atrás.

As terras no Cerrado são significativamente mais baratas do que em outras regiões em que a indústria da soja é mais consolidada, como no Sul do Brasil. Isso significa que a plantação de soja em si não é a única preocupação de ambientalistas, mas também a especulação imobiliária por grandes propriedades rurais.

Ao perceber uma expansão do mercado, é possível que donos de propriedades na região queiram desmatar suas propriedades, deixando-as prontas para a agricultura, de forma a

vendê-las por um preço mais alto.

Segundo Carneiro, seria possível ampliar a produtividade e até mesmo a área plantada apenas em terrenos já degradados, sem necessidade de desmatamento. No entanto, o perigo permanece. “Desmatam porque é mais barato,” ele explica.

Nassar, da Abiove, minimiza o perigo. Segundo ele, por mais que o desmatamento ainda seja um problema, ele é muito menos sério do que já foi. Segundo números de sua associação, o desmatamento gerado pela soja diminuiu de 27% por hectare plantado, entre 2002 e 2007, para 7% nos últimos quatro anos.

“Nós somos a favor de não ter mais desmatamento na cadeia,” explica Nassar. “Mas temos que ver isso com um processo de transição.” 🇧🇷



O desmatamento no norte da Argentina desacelerou, mas esforços para contê-lo ainda mais sofrem de falta de recursos.
Foto: Greenpeace Argentina

[Martin De Ambrosio](#)

Soja aumenta desmatamento na Argentina

Em 2018, foram mais de 100 mil hectares desmatados, 40% em áreas onde a exploração é restrita

A Argentina exporta desmatamento para a China.

Não é exatamente assim, mas a relação é bastante direta. Quando há um aumento na demanda agropecuária (sobretudo por soja) por parte da China e de outros países, a tendência é a ampliação da fronteira agropecuária, especialmente às custas das matas nativas. O processo ainda viola a Lei das Florestas, criada para preservá-las.

Segundo um estudo da organização ambientalista Greenpeace, em 2018 mais de 112.766 hectares foram desmatados em apenas quatro províncias argentinas. Destes, 40.965 estavam em zonas consideradas pela lei como vermelhas ou amarelas,

ou seja: áreas de exploração proibida ou restrita.

Para o Greenpeace, a causa do desmatamento é a expansão da fronteira agropecuária por meio do plantio de soja, mas também pela pecuária. A ONG acrescenta que, desde a sanção da Lei das Florestas até o fim de 2017, 2,6 milhões de hectares foram desmatados, 840.000 dos quais eram florestas protegidas pela lei.

Em 2018 e 2019, cerca de 55 milhões de toneladas de soja serão cultivadas em 17,6 milhões de hectares, um aumento de 27,5% na produção em uma área apenas um pouco menor que o ciclo anterior, segundo informes da Bolsa de Comércio de Rosario.

Como é o caso de grãos como trigo e milho, a produção está crescendo nas áreas de plantio sobretudo desde 2015, e a maior parte é destinada à exportação (o país quase não consome soja).

“É o terceiro informe anual que fazemos deste tipo. Observamos o antes e o depois das propriedades agropecuárias para verificar se houve mudança no uso do solo ou desmatamento. Restringimos a pesquisa a quatro províncias (Santiago del Estero, Salta, Chaco e Formosa) porque são onde ocorreram 80% do desmatamento dos últimos trinta anos ocorreram”, afirmou Hernán Giardini, chefe da campanha de florestas do Greenpeace.

“Desmatamento significa mais soja e mais pecuária intensiva. É necessário confirmar in situ, mas o cálculo é que metade do desmatamento é causado por plantações de soja e metade por pecuária intensiva — e uma pequena porcentagem é causada por cultivo de girassol e milho, se a propriedade faz rotação de cultivos”, acrescentou.

COPO CHEIO, COPO VAZIO

O fato de que a Lei das Florestas da Argentina existe há mais de uma década sem completa eficiência pode significar algo bom ou algo ruim.

Por um lado, desde que a lei foi sancionada, o desmatamento florestal se reduziu pela metade (de 300.000 hectares anuais a cerca de 150.000). Contudo, a lei ainda não conta com o orçamento devido – apenas uma média irrisória de 5% —, e o desmatamento continua em zonas proibidas, graças a isenções provinciais.

“Alguns proprietários apresentam planos silvipastoris e depois descobrimos que eles cortam mais árvores do que o que foi previamente autorizado. O desmatamento se dispersa no tempo; eles deixam algumas árvores dispersas no terreno”, explica Juan Pedro Cano, Diretor Nacional de Florestas da Secretaria de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Argentina.

Cano admite que os números do informe do Greenpeace são parecidos aos do órgão governamental.

“A causa do desmatamento é a



Foto: Greenpeace



Foto: Greenpeace

US\$50.000

é o valor da multa por desmatamento ilegal de 500 hectares de floresta

ampliação da fronteira agrícola e pecuária, não apenas a soja. Mais que a demanda, são os preços das commodities que acompanham o desmatamento”, acrescenta Cano.

De acordo com a constituição argentina, as províncias têm soberania sobre seus recursos naturais, embora haja leis de orçamentos mínimos (como a de florestas ou de geleiras). Assim, a Secretaria costuma ir atrás quando ocorre desmatamento, embora seu perfil seja mais produtivista que conservacionista.

“Queremos que as florestas não sejam mais vistas como um obstáculo para a produção econômica”, afirma Cano.

Ele se entusiasma com um sistema de alerta que a cada 15 dias obtém informação por satélite de oito províncias da região chaquenha. Os resultados, por sua vez, são levados à autoridade provincial, que tem poder de polícia para sancionar ou não os desmatamentos não autorizados.

Giardini acrescenta que, quando se detecta um desmatamento ilegal, os empresários pagam multas irrisórias (se é que pagam), “um montante que se soma ao custo da limpeza do campo”.

“Isso depende de cada província, da documentação,

do tipo de infração. Mas, por 400 hectares, eles pagam uma multa de dois milhões de pesos (cerca de 50 mil dólares), um valor que não os incomoda”, acrescenta. Por isso, a organização ambientalista apresentou um projeto de lei para reformar o código penal e transformar os delitos ambientais em penais, com possibilidade de prisão para os responsáveis.

GLOBALIZAÇÃO

Quem explica o papel da demanda chinesa no desmatamento que ocorre no norte da Argentina é o economista especializado em relações internacionais Gustavo Girado, diretor da pós-graduação em estudos sobre a China contemporânea da Universidade Nacional de Lanús.

“Não é pertinente associar a demanda chinesa com o desmatamento na Argentina, porque no ano passado o comércio foi triangulado pelos Estados Unidos: os barcos saem com a matéria prima e então são avisados sobre qual porto ir”, explica Girado. Ou seja, não é possível ter certeza de que de fato todas as embarcações tenham a China como destino.

Outra questão, portanto, é saber até que ponto pode crescer a área dedicada à soja no país.


“É difícil determinar”, reconhece Gardini. “Há muitas

áreas onde ainda é possível cultivar soja, e é preciso pensar na eventual disponibilidade de modificações genéticas que permitiriam o cultivo em regiões de baixo índice de chuva”.

“Toda a inteligência científica está dedicada a buscar soluções para grandes produtores e corporações. Não se investe no campo ou na agroecologia. Não nos adaptamos ao ecossistema, apenas fazemos com que o ecossistema se adapte a nós. Só interessa o solo. Quanto a isso, não sou otimista”, acrescentou.

Mas, além da discussão técnica sobre o papel dos mercados, há solução possível para evitar o desmatamento num cenário mundial em que a demanda por soja e outros produtos agropecuários só faz crescer? A resposta é que se poderia estabelecer convenções e exigências em função de pedidos dos consumidores e dos estados compradores que venham a se comprometer.

“Houve um compromisso desse tipo por parte de empresas de grãos que não compraram soja da Amazônia. Isso poderia ser estendido à região do Chaco: não comprar se não há garantia de desmatamento zero”, observa Gardini.

E completa: “De fato é algo que inevitavelmente deveremos fazer se queremos cumprir o Acordo de Paris contra as mudanças climáticas. Na Argentina, as mudanças no uso do solo e a pecuária geram mais de metade dos gases de efeito estufa que o país emite para a atmosfera”. 

Demanda chinesa por soja empurra rota do agronegócio para Amazônia

Tráfego pesado na floresta preocupa indígenas e promotores, que temem danos ambientais na região

A bacia amazônica é o maior labirinto fluvial do mundo. Seus rios, igarapés e baías há milênios servem de rota para os povos e animais da floresta. Hoje o maior fluxo na região ainda é das canoas e catraias dos ribeirinhos. Contudo, é cada vez mais comum avistar grandes navios cruzarem suas águas.

As embarcações conhecidas como comboios cortam os rios do Pará, criando ondas que batem nas pequenas casas de palafitas e sacodem as canoas amarradas aos trapiches. Cada um é composto por uma série de barcaças, dentro das quais são estocados os mais variados produtos. Boa parte deles carrega soja, e seu destino final é a China.

O espantoso contraste entre grandes navios e as paisagens intocadas da Amazônia são o retrato da nova rota da soja. A popularidade do chamado Arco Norte tem crescido. Segundo dados da Associação Nacional de Exportadores de Cereais (Anec), entre 2017 e 2018, aumentou em 28% a exportação de soja em grãos pelos portos da bacia



Navio chinês atracado no Porto de Barcarena, no Pará: rota da soja pela Amazônia é cada vez mais usada. (Foto: Vinícius Fontana)

28%

Exportação de soja pelos portos da bacia amazônica cresceu 28%

Amazônica. Nos demais portos do país, esse aumento foi de 22%.

O motivo é a oferta de um caminho mais curto para o principal importador da soja brasileira, a China. De acordo com dados da empresa Cargonave, dos 89 navios graneleiros que saíram dos portos de Santarém, Barcarena, Santana e Itacoatiara, nos últimos 8 meses, 39 deles, ou 43%, zarparam para a China.

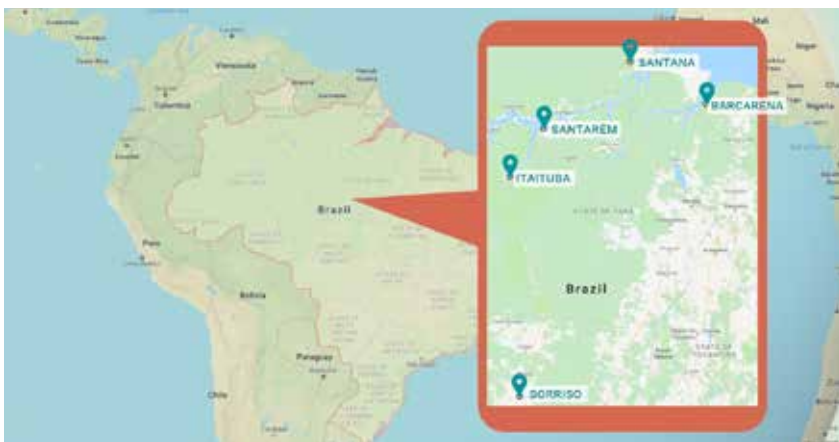
Os comboios partem de cidades no Pará como Itaituba ou Santarém, mais próximas dos centros produtores de soja da região Centro-Oeste, e têm como destino o porto de Santana, no Amapá, ou o porto de Vila do Conde, em

Barcarena, no Pará. Lá as cargas são transferidas para grandes navios, que seguem pelo Canal do Panamá em direção à China.

O caminho pela Amazônia reduz os custos de transporte. Por exemplo, a distância entre as cidades de Sorriso, no Mato Grosso, até o porto de Santos é de aproximadamente 2 mil quilômetros, enquanto a distância até os portos de Itaituba é de 1,1 mil quilômetros. E um comboio grande, de 12 barcaças, tem a capacidade de carregar a mesma quantidade de carga que até 900 carretas de caminhão.

A nova rota também se faz necessária pela afeição dos chineses pela soja brasileira. Em 2018, o Brasil bateu recordes de exportação do grão para o país asiático, impulsionado pela crise comercial entre China e Estados Unidos. Segundo a Anec, 82% das exportações do grão foram para a China.

A crescente demanda chinesa



pela commodity, junto ao avanço da fronteira agrícola e a aproximação estratégica entre o Brasil e a China, aumentaram a demanda por novas rotas de exportação.

Estrategistas do agronegócio apontam que o uso das rotas fluviais ajuda a desafogar as sobrecarregadas estradas que ligam as regiões produtivas do centro-oeste aos portos de Santos e Paranaguá, no sul do país.

Mas, ao mesmo tempo, o tráfego pesado no meio da Amazônia pode acarretar uma série de impactos sociais e ambientais. Ao longo da rota, verificam-se casos de desrespeito ao direito de comunidades tradicionais, danos ambientais e não observância aos trâmites legais de licenciamento ambiental.

IMPACTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS

O crescimento do movimento de navios e a proliferação de portos ao longo dos rios da bacia Amazônica preocupa autoridades, ONGs e comunidades tradicionais. Os impactos já perceptíveis são diversos.

No caso dos portos em

Miritituba, no Pará, o impacto começa pela pressão demográfica causada pela chegada de trabalhadores de outras regiões para a sua construção.

“Aumentou o fluxo de empregos, porém pode haver desemprego em razão das demissões em massa que ocorrem após as construções”, afirma Ione Nakamura, promotora de Justiça Agrária do Ministério Público do Pará. “Cresce também o número de acidentes de trânsito e, com o grande fluxo de pessoas de fora, da prostituição infantil e do tráfico de drogas”.

As instalações portuárias também impactaram o modo de vida dos indígenas Munduruku que vivem na região. O povo mais afetado é o que reside na aldeia Praia do Índio, a cerca de 10 quilômetros do centro de Itaituba.

“Há três portos bem na frente da minha aldeia”, relata Alessandra Korap, uma líder comunitária de Praia do Índio. “As empresas dizem que não há impacto, pois os portos estão do outro lado do rio, mas isso afeta, por exemplo, a nossa área de pesca. As carretas, quando chegam no porto, começam a abastecer os silos e o pó cai

no rio. Quando a gente abre os peixes, eles estão com o bucho estragado”.

Segundo a ONG Fase, outros impactos incluem especulação no mercado de terra, poluição sonora e infiltração de agrotóxicos através das barcaças. Com a crescente invasão da mata e dos rios pelas empresas portuárias, a expectativa é que cada vez mais habitantes nativos sejam forçados a se mudarem para cidades com pouca infraestrutura. O processo, na maioria dos casos, condena indígenas e ribeirinhos à pobreza e à marginalização.

A legislação brasileira ordena a realização de audiências públicas com comunidades afetadas quando um empreendimento gera impacto. Quando há comunidades indígenas e quilombolas, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) prevê que elas também sejam ouvidas.

Os Mundurukus, no entanto, alegam não terem sido ouvidos sobre os empreendimentos, como no caso dos portos da Cianport e da Rio Turia.

“As empresas estão atropelando o protocolo de consulta que criamos. Na cidade de Itaituba está cheio de portos, e logo devem avançar para a nossa terra”, relata Juarez Saw Munduruku, cacique da tribo Sawré Muybu.

Promotores alegam que os impactos ambientais tampouco foram medidos de forma apropriada. As licenças ambientais em Miritituba foram aprovadas pela

Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas). O Ministério Público, no entanto, argumenta que, devido ao grande número de empreendimentos e potenciais danos, os licenciamentos deveriam ser avaliados pelo Ibama, órgão federal.

“Nós precisamos entender que os licenciamentos ambientais de ETCs (estações de transbordo de cargas, ou portos) não podem ser vistos de forma isolada”, pondera Nakamura. “É viável para uma bacia hidrográfica todos esses empreendimentos, sendo que há vários outros que também estão na região, como rodovias e hidrelétricas?”

No Amapá, próximo ao Porto de Santana, um dos pontos finais da hidrovia para escoamento da soja já demonstra o risco dos empreendimentos portuários. É possível avistar, de barco, o porto colapsado da mineradora inglesa Anglo, que desabou em 2013, matando seis pessoas. A tragédia poderia ter sido maior. Bem ao lado está o movimentado Porto do Grego, local de chegada dos barcos de passageiros que navegam pelo Amazonas, além de duas comunidades de pescadores.

“O terminal estava sobrecarregado, em razão do aumento do preço das commodities”, diz Joaquim Cabral, procurador federal no Amapá. “Às vezes, a ânsia de lucro acaba trazendo danos para a região”.

DO TAPAJÓS AO PACÍFICO

Boa parte dos novos portos da região amazônica são instalações simplificadas

chamadas estações de transbordo de cargas. A primeira a entrar em operação em Miritituba foi a da Bunge, em 2014, e, desde então, diversas companhias mostraram interesse em construir as suas próprias estações.

“Não estamos falando de um único, mas de uma série de empreendimentos em todo o estado do Pará. Pelo menos 30 querem se instalar só na região de Miritituba”, afirma Nakamura.

“

Às vezes, a ânsia de lucro acaba trazendo danos para a região


Segundo Diana Aguiar, assessora da ONG Fase e autora do estudo “A geopolítica de infraestrutura da China na América do Sul”, o novo corredor logístico é um retrato da China não apenas como “uma grande compradora global de commodities, mas como investidora em infraestrutura no mundo”.

Os chineses não apenas estão comprando soja do Brasil, mas produzindo e exportando soja no país. Assim, há empresas chinesas que já utilizam os portos da Amazônia para escoar seus próprios produtos. É o caso da Cofco, maior companhia chinesa voltada a comercialização de cereais — e já a quarta maior exportadora de soja no Brasil.

Segundo a Cofco, suas principais operações ocorrem em um terminal privado da empresa no porto de Santos, em São Paulo. Mas, em 2018, a Hidrovias do Brasil, que opera uma ETC em Miritituba, e a Cofco celebraram aditivos a contratos de prestação de serviços de transbordo de cargas, transporte fluvial e de operação portuária. Foi prorrogada a vigência dos contratos para 2031, bem como ampliado o volume máximo contratado em 9.630 toneladas de grãos.

Há outros indícios que demonstram o interesse chinês em ampliar o escoamento da soja pelo Norte do Brasil. Um dos gargalos que dificultam o uso da rota é a carência de infraestrutura rodoviária e ferroviária para que os grãos cheguem até as ETCs e os portos.

Assim, investidores chineses sinalizam interesse na construção de ferrovias que conectem as regiões produtivas às instalações portuárias. Um desses empreendimentos é a Ferrovia Paraense, que conectaria a região sudeste do Pará ao porto de Barcarena. Outro é a Ferrogrão, que iria do Mato Grosso até Itaituba.

Ambos os projetos ainda estão em fase de estudos, porém autoridades já confirmaram o interesse de investidores chineses em sua concretização. Uma nota publicada pelo site Relatório Reservado indicava o interesse da Cofco em investir na Ferrogrão. Questionada sobre a nota, a assessoria da empresa chinesa preferiu não se manifestar, já que não comenta suas atividades negociais. 

Conflito entre megaporto China-Brasil e comunidade tradicional se agrava

Casas continuam a ser derrubadas, em meio a protestos e investigações sobre legalidade da empreitada

Os manifestantes avisaram à polícia que entre eles havia uma mulher grávida. Em pé em frente a uma fila de retroescavadeiras, eles tentavam defender suas casas de um pedido de reintegração de posse a uma empresa privada. Mas a polícia os pressionava a deixar o comboio passar e logo usou spray de pimenta.

A grávida saiu da frente das retroescavadeiras, cambaleante, com as mãos nos olhos.

Era dia 12 de agosto, e os moradores da comunidade de Cajueiro, na Amazônia brasileira, continuavam uma luta iniciada em 2014, para salvar suas casas de um empreendimento que o governo autorizara a tomar seu lugar: um megaporto que ligaria a zona rural de São Luís, no estado do Maranhão, ao resto do mundo.

O chamado Porto de São Luís, capitaneado pela *China Communications Construction Company* e pela brasileira

WPR – São Luís Gestão de Portos e Terminais, visa facilitar a exportação de minérios e soja produzidos no Brasil. Apesar de haver outros portos na região, este seria o primeiro a ser operado por uma empresa da China, o país mais interessado em baratear e tornar mais eficiente a exportação brasileira de minérios, soja e outras commodities.

Naquele dia, mais casas foram destruídas na reintegração de 22 lotes. Hoje restam 34 pessoas das 250 que viviam ali originalmente. Apenas sete lotes ainda não foram reintegrados.

O conflito entre a polícia e os moradores da comunidade demonstrou a truculência do governo para garantir a continuidade da obra, mesmo com investigações do Ministério Público Estadual apontando possíveis ilegalidades no projeto.

A comunidade internacional se mostra preocupada com o tratamento oferecido pelas



autoridades à comunidade. Uma carta em defesa de Cajueiro foi assinada por mais de cem entidades brasileiras e internacionais, além da relatora especial das Nações Unidas sobre o Direito à Moradia, Leilani Farha.

A batalha é também mais um capítulo do conflito



A pedra fundamental do projeto Porto São Luís.
Foto: Ingrid Barros

(descendentes de escravos) e pequenos produtores rurais, como os que lutam por Cajueiro.

“Na comunidade havia pessoas que viviam e conviviam há décadas, que tinham uma vida boa e ajudavam a preservar a floresta”, explicou Ademair Pereira, 70, um dos moradores a perder sua casa nas últimas duas semanas. “Agora, é uma tristeza total”.

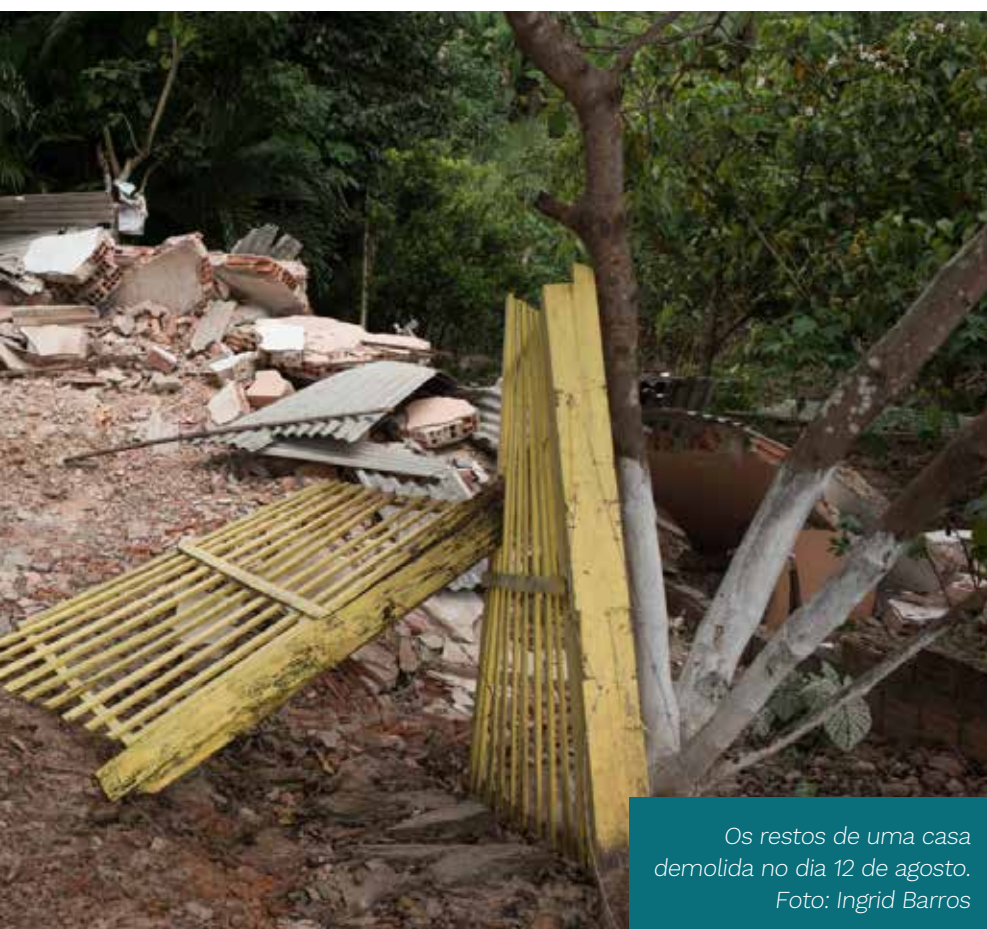
ENTRE INVESTIGAÇÕES E PROTESTOS

A obra do porto já desmatou área equivalente a 200 campos de futebol. Para deslanchar, mais famílias precisaram ser removidas da comunidade do Cajueiro, cujas origens remontam a meados do Século XIX.

Como revelamos na reportagem especial *Sitiados pelo progresso*, desde 2014 casas são derrubadas no local, com ou sem autorização da justiça. A pressão para que os moradores deixem a comunidade é tamanha que, conforme a Comissão Pastoral da Terra, alguns foram ameaçados de morte por jagunços.

Além disso, a compra do terreno onde avança a obra pode estar envolvida em uma série de crimes.

Investigações do Ministério Público do Maranhão apontam que uma “quadrilha” atua na grilagem de terras públicas para dar espaço a obras de infraestrutura na zona rural de São Luís. A apuração ganhou força com uma apreensão de computadores e documentos que lotou quatro



Os restos de uma casa demolida no dia 12 de agosto.
Foto: Ingrid Barros

entre quem luta por uma Amazônia com mais floresta e aqueles que a imaginam como uma fronteira aberta ao desenvolvimento industrial e agropecuário. O Porto São Luís é parte do chamado Arco Norte, iniciativa que recebe pesados investimentos públicos e privados em portos, ferrovias e rodovias

mirando o escoamento da produção crescente de minérios e grãos na Amazônia e no Cerrado.

A Amazônia já perdeu 18% de seu verde e o Cerrado, metade da vegetação original. As áreas ainda preservadas comumente abrigam indígenas, quilombolas

caminhonetes, em abril.

O esquema de grilagem seria pilotado por um bando formado por empresas, cartórios e servidores públicos, conta Haroldo Paiva de Brito, promotor de Justiça de Conflitos Agrários do Ministério Público do Maranhão.

“Como o estado concede uma escritura pública à comunidade, e anos depois, aparece alguém se dizendo dono da área? Pelo que apuramos, particulares usurparam terras públicas e as venderam às empresas ligadas à construção do porto”, ressaltou. “Isso pode levar à anulação do registro privado de terras e do licenciamento da obra”.

SEM FREIO

Para Ana Carolina Carvalho Dias, advogada da *União dos Moradores Proteção de Jesus do Cajueiro*, a reintegração de posse foi ilegal, já que ainda não foi esclarecido a quem pertencem as terras onde acontece a obra portuária.

Os moradores tampouco foram alertados que seriam retirados de lá. Segundo Dias, eles começaram ser removidos na segunda-feira, dia 12, mas a ordem judicial autorizando a reintegração de posse só chegou no dia seguinte. Moradores foram surpreendidos com pertences na rua e casas demolidas.

“Num estado democrático de Direito, as partes envolvidas em processos devem ser intimadas e informadas antes de ações como essa.”, reclamou. “A reintegração não respeitou esse processo



O pescador Carlos Augusto Barbosa, morador do Cajueiro, ajeita a rede para pesca de camarões, já escassos na região. Foto: Ingrid Barros

18%

A Amazônia já perdeu 18% de seu verde

e tratou os moradores como invasores”.

Dias depois, quando protestavam contra a truculência oficial, manifestantes, moradores e ex-residentes do Cajueiro foram expulsos com força policial, balas de borracha e gás lacrimogêneo da frente do *Palácio dos Leões*, sede do Governo Estadual. A Ordem dos Advogados do Brasil no Maranhão investiga o caso.

Sobre a reintegração de posse autorizada pelo judiciário estadual, o governador Flávio Dino (PCdoB) comentou,

em seu Twitter, que “a polícia militar não pode simplesmente se recusar a cumprir ordem judicial. Houve várias tentativas de mediação, infelizmente frustradas. Não cabe ao governador cassar ou suspender decisão de outro Poder”.

Em nota, o Governo do Maranhão afirma que está investigando as denúncias de violências contra moradores e manifestantes, mas não explicou por que os lotes foram reintegrados sem aviso prévio.

Aos moradores removidos da comunidade do Cajueiro, a WPR – São Luís Gestão de Portos e Terminais oferece “casa nova, emprego, aluguel social e cesta básica”. Um panfleto distribuído pela empresa não detalha as características e nem informa por quanto tempo esses benefícios seriam concedidos.



Até o fechamento desta reportagem, a *China Communications Construction Company* não atendeu aos pedidos de entrevista. Também não conseguimos contato com a *WPR – São Luís Gestão de Portos e Terminais*.

O BRASIL NO TABULEIRO CHINÊS

O Porto São Luís recebeu um financiamento de até 700 milhões de dólares (cerca de 2,6 bilhões de reais) do *Banco Comercial e Industrial da China*, depois de um acordo assinado pelo ex-presidente Michel Temer, em setembro de 2017.

De acordo com Ariel Armony, diretor do *Centro Universitário de Estudos Internacionais da Universidade de Pittsburgh*, tais investimentos fazem parte de uma política do governo chinês que estimula empresas nacionais a

expandirem negócios em inúmeros países. Fincando bandeiras no tabuleiro global do desenvolvimento econômico, a China também aquece a disputa pela liderança política com os Estados Unidos.

“O envolvimento da China na América Latina é parte de uma política governamental que incentiva empresas chinesas a buscarem maiores oportunidades de investimento, em todo o mundo. Embora a intenção dessa política tenha sido amplamente econômica, os líderes chineses entendem que essa expansão global tem ramificações geopolíticas”, explicou.

Sobre os prejuízos ambientais e impactos sociais desses projetos, Armony avalia que a China tem exigido mais transparência e respeito à legislação para participar de projetos na América Latina. Todavia, na maioria dos casos as restrições legais de cada país ou estado são suficientes para atrair investimentos.

Assim, ele explica, dribles em impactos ambientais e violação de direitos de populações indígenas e tradicionais pontuam obras com participação chinesa na região:

“Há um lado negro da expansão da China no sul global”.

Na carta aberta assinada por Leilani Farha, da ONU, apoiadores da comunidade Cajueiro argumentaram que as autoridades foram contra as leis brasileiras em benefício do empreendimento portuário. O texto também criticou a escolha do governo por um modelo de desenvolvimento baseado em cultivos altamente destrutivos para o meio ambiente e as comunidades tradicionais.

“O estado do Maranhão reforça a política de se tornar um corredor de exportação”, escreveram eles, “em detrimento de seu povo e sua história”. 📍



Madeira cortada das árvores que antes cobriam a comunidade.
Foto: Ingrid Barros



Um novo relatório do Carbon Disclosure Project (CDP) revela a ligação entre instituições financeiras chinesas e o desmatamento para cultivo de soja no Brasil.
Foto: IBAMA

[Lili Pike](#)

Será que os bancos de Pequim podem zerar o desmatamento nas florestas sul-americanas?

Desmatamento ligado a importação chinesa de soja cresce. Relatório pede que bancos repensem investimento

Os bancos chineses têm sido duramente criticados nos últimos anos por continuarem financiando usinas de energia a carvão no exterior, apesar do agravamento da crise climática. Segundo um novo relatório, as instituições financeiras chinesas devem também se atentar a outro inimigo, desta vez menos óbvio: a soja.

A China é a maior importadora de soja do mundo e a guerra comercial com os Estados Unidos

levou o país a aumentar as importações da América do Sul. Críticos dizem que, infelizmente, a guerra vai impulsionar uma nova onda de desmatamentos e pôr em risco a biodiversidade da região e os principais sumidouros de carbono.

Um relatório divulgado hoje pelo Carbon Disclosure Project (CDP) revela uma ligação entre as instituições financeiras chinesas e o desmatamento, que é causado principalmente pelos clientes que atuam

no ramo da soja. Até o momento, essas instituições estão atrasadas no quesito boas práticas de combate ao desmatamento.

Apesar disso, o CDP afirma que essas mesmas instituições poderão, daqui em diante, desempenhar um papel-chave na luta pela sustentabilidade do setor.

Será que os bancos de Pequim poderão zerar o desmatamento nas florestas sul-americanas?

CORTANDO ÁRVORES PARA PLANTAR SOJA

As importações de soja chinesas estavam associadas a 49 mil hectares com risco de desmatamento em 2019, segundo dados do Trase. Isso representa 46% de toda a área com risco de desmatamento ligado a soja no Brasil.

Agora, a taxa de desmatamento deve aumentar porque a China tem se voltado cada vez mais para o Brasil para comprar soja, deixando os EUA para trás.

Os brasileiros costumavam ser a segunda maior fonte de soja dos chineses. De acordo com o relatório do CDP, para suprir o déficit dos Estados Unidos, o Brasil precisaria desmatar uma área 25 a 57 vezes maior do que aquela que desmatou para atender a demanda chinesa entre 2013 e 2017.

Essa tendência é bastante significativa do ponto de vista das mudanças climáticas, porque o Brasil é o sexto maior emissor de gases de efeito estufa do mundo. Metade das emissões do país são causadas pelo desmatamento. O relatório revelou que a agricultura é a maior impulsionadora do desmatamento, e o cultivo da soja é um dos principais culpados.

RISCOS DE DESMATAMENTO

O CDP argumenta que o impacto ambiental causado pelas culturas de soja apresenta riscos tanto para as empresas chinesas que compram soja, como para as instituições financiadoras.

Os apelos para deter o desmatamento em todo o mundo estão pressionando bancos e empresas e podem afetar os negócios de todos.

O Acordo de Paris elegeu a conservação e a restauração florestal como uma das suas principais metas, uma vez que a degradação e a perda florestal são responsáveis por 10-15% de todas as emissões de gases de efeito estufa. As Metas de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas pretendem zerar o desmatamento e restaurar as florestas degradadas em todo o mundo até 2030.

Para responder a este apelo global, alguns esforços foram realizados para conter o desmatamento. Em 2018, 50 investidores, cujos ativos somam 5,6 trilhões de dólares, formaram uma coalizão com empresas para lutar pelo desmatamento zero no Cerrado brasileiro.

O aumento desses esforços, aliado às regulamentações do governo e aos impactos causados pelas mudanças climáticas, têm forçado as empresas a reduzirem as suas operações em áreas com grande risco de desmatamento. Na pesquisa de 2017 do CDP, 32% das empresas entrevistadas afirmaram que já tinham experimentado os impactos deletérios da produção e do consumo de commodities com risco florestal, incluindo a soja.

Assim como as empresas são afetadas por esses riscos e mudanças, os seus financiadores também são. De acordo com o relatório, 34% dos empréstimos

concedidos por instituições financeiras chinesas ao setor – um valor que chega a 2,1 bilhões de dólares – podem causar desmatamentos. Os grandes bancos chineses fornecem a maioria dos empréstimos ao setor, sendo que o Banco da China lidera o ranking, concedendo 32% dos empréstimos.

COMO RESPONDER AO DESMATAMENTO

Até agora, os bancos não desenvolveram nenhuma política para lidar com a questão do desmatamento, revelou o relatório. Apenas oito das instituições analisadas contemplam fatores ambientais no seu processo decisório – porém, nestes casos, o foco costuma ser a identificação de poluentes, conforme definidos pelo Ministério de Ecologia e Meio Ambiente, não o desmatamento.

Embora os bancos chineses desconheçam o seu grau de exposição a esses riscos, ou sequer estejam tomando providências nesse sentido, o CDP argumenta que eles poderiam influenciar os seus clientes a tomarem medidas necessárias. Algumas instituições financeiras fora da China vêm colocando essa ideia à prova.

O HSBC, por exemplo, pede para os clientes obterem certificações globais de desmatamento zero da Associação Internacional de Soja Responsável (RTRS). A instituição interrompe o relacionamento em caso de descumprimento. A JP Morgan Chase & Co faz o mesmo.

10-15%

de todas as emissões de gases do efeito estufa vêm de perda ou degradação florestal

Essas políticas, apesar de fazerem sentido, têm um alcance limitado, segundo Isabel Nepstad, gerente de programa para o China Sustainable Commodity Trade Program, da rede Solidaridad. “É muito difícil para [os bancos], sozinhos, pressionarem os clientes, porque é muito fácil para uma empresa chinesa simplesmente trocar de banco e procurar um que não tenha essas políticas”, disse ela.

No entanto, se mais bancos se unissem para adotar essas políticas, eles poderiam ampliar o seu poder de influência. O relatório do CDP recomenda que as instituições financeiras chinesas primeiro avaliem a sua exposição aos riscos de desmatamento, solicitando dados dos seus clientes sobre a sua cadeia de suprimentos no setor de soja.

Depois, devem formular políticas da mesma forma como os bancos internacionais já fazem. Os bancos devem focar nas empresas que atuam em setores de alto risco de desmatamento, incentivando-as a eliminar o desmatamento das suas cadeias de suprimento.

Os acionistas chineses

também podem desempenhar um papel importante, uma vez que a exposição deles aos riscos de desmatamento é maior do que a dos bancos.

“De acordo com as nossas pesquisas e entrevistas, os acionistas (investidores institucionais) estão mais bem posicionados para engajar as empresas de soja (...) Eles exercem uma influência considerável sobre as empresas do portfólio”, disse Sabrina Zhang, diretora da CDP China. “Enquanto isso, alguns investidores institucionais da China, especificamente os que estão buscando estabelecer presença em mercados de capitais no exterior, também estão motivados a aumentarem os investimentos sustentáveis”.


PAPEL DOS GOVERNOS

Se os incentivos serão suficientes para levar as instituições financeiras a agirem no curto prazo, tudo vai depender do quanto elas sentem os riscos. Até o momento, disse Nepstad, “elas sequer enxergam os riscos porque o impacto não é direto”.

Cada vez mais medidas regulatórias e corporativas estão sendo implementadas para lidar com o

desmatamento, mas a maioria das empresas pensa apenas nos resultados de curto prazo. O desmatamento altera os padrões de chuva, o que já causou um prejuízo de R\$ 17 bilhões (4,4 bilhões de dólares) nas safras brasileiras. As secas e as tempestades prenunciam os impactos climáticos que ainda estão por vir, mas, como as empresas cultivam soja no mundo inteiro, elas não são afetadas pelas flutuações regionais do produto no curto prazo, afirmou Nepstad.

Nepstad disse que os governos precisam pressionar as empresas e as instituições financeiras. É possível que as medidas regulatórias aumentem nos próximos anos, colocando em evidência a urgência da questão e exigindo maior ação por parte das instituições financeiras e das empresas. Em preparação para a COP da biodiversidade, que será realizada em 2020 em Kunming, na China, os países começaram a discutir como lidar com o desmatamento causado pelas atividades de agricultura, como o cultivo de soja.

Sabrina Zhang disse: “Se o governo chinês começasse a defender, regulamentar e desenvolver diretrizes para as cadeias de suprimento sustentáveis, e pedisse para as instituições financeiras incluírem a questão do desmatamento nas suas decisões financeiras, isso seria uma grande força propulsora que incentivaria as empresas e as instituições financeiras a implementarem mudanças alinhadas com o governo”. 

Será que a chufa pode solucionar a crise da soja na China?

O tubérculo de uma planta conhecida como junça no Brasil pode tornar a China menos dependente da soja

Na vila de Jiangu, no sudeste da província chinesa de Hebei, Wang Sanxiu tenta convencer os visitantes a experimentarem o leite de chufa que ele mesmo preparou.

O homem de 61 anos aponta orgulhosamente para algumas fotos penduradas na parede, contando como começou a produzir a bebida, que é um pouco mais doce do que o leite de soja. Tudo teve início com uma lavoura de *Cyperus esculentus*, ou junça, que ele cultivou no ano passado.

Poucas pessoas conhecem o leite da chufa, que é um tubérculo conhecido nos EUA como “tiger nut” devido à sua superfície rajada. Wang ensina que esse produto tem um rendimento maior de óleo do que a soja e afirma que a planta *Cyperus* é uma excelente forragem animal.

“Eu conheci a chufa por acaso”, disse Wang, “e percebi que a planta inteira é valiosa. A soja está escassa na China e ela é uma boa substituta”.



Foto: Arco Images GmbH



Wang Sanxiu e seu cultivo de chufa.
Foto: Wang Chen

A guerra comercial que vem sendo travada entre os EUA e a China desde o ano passado criou um déficit enorme de soja na China. Muitas pessoas tentam encontrar uma solução para a crise – alguns ajudam colocando as mãos na terra, como Wang faz nos campos de Hebei, outros vestem jaleco branco e estudam

o problema nas maiores universidades do país.

SALVANDO O MERCADO DAS OLEAGINOSAS

Para Wang, a chufa é um milagre. No ano passado, depois que se aposentou do setor de construção, ele montou a empresa de tecnologia agrícola

Beijing Youzhili Agricultural Technology.

Em março de 2018, a empresa cultivou 27 hectares de chufa em solo arenoso, em uma propriedade alugada na zona rural de Hebei. Desde então, Wang passa quase todo o seu tempo se dividindo entre o campo e os armazéns.

Logo depois que Wang formou a sua lavoura, os atritos comerciais entre a China e os Estados Unidos se intensificaram. Em abril de 2018, a China anunciou uma tarifa de 25% sobre a soja importada dos Estados Unidos. Quando Wang leu essa notícia, teve certeza de que tinha feito a escolha certa.

“Muitos pesquisadores estão interessados na chufa no momento. As universidades querem enviar estudantes pesquisadores para cá”.

A soja é o principal ingrediente nos óleos de cozinha e na forragem animal. Dezenas de milhões de toneladas de farinha de soja abastecem as fazendas que levam peixes, carnes e ovos para as mesas chinesas.

Até 1995, a China era uma das principais exportadoras de soja do mundo, mas o aumento do consumo e a expansão da pecuária fez a demanda interna disparar.

Atualmente, mais de 85% da soja no mercado chinês vêm de outros países. A China importou mais de 900 milhões de toneladas de soja em 2017 – 65% de toda a soja comercializada tem a China como destino, o que torna o país o maior importador do

produto no mundo.

Aproximadamente um terço dessas importações vem dos Estados Unidos, mas os conflitos comerciais causaram uma queda nas importações chinesas de soja em 2018, pela primeira vez em sete anos. Em comparação com o ano anterior, houve uma redução de 7,9% nas importações. As importações dos Estados Unidos caíram 49,4%.

A China está testando vários métodos para estabilizar o seu mercado, como importar mais soja dos países da América do Sul, como o Brasil e a Argentina, o que aumenta o desmatamento nesses locais. Em 2018, 68,8 milhões de toneladas de soja vieram do Brasil, um aumento de 15 milhões em comparação com 2017.

O país também está investindo em um “plano de estímulo à soja”, segundo um documento do governo que foi divulgado em fevereiro deste ano. O plano inclui a expansão das lavouras de soja, a promoção de novas variedades, novas tecnologias e mecanização, bem como o aumento dos subsídios aos agricultores de soja.

Em 2019, a China pretende plantar mais soja e oleaginosas, aumentando as áreas de plantio em 330 mil hectares, de acordo com uma declaração oficial.

A chufa é uma oleaginosa com bom potencial para substituir a soja.

CHUFA ‘MÁGICA’?

Wang colheu 480 mil



quilos de chufa no ano passado, bem mais do que o esperado, e contratou dez homens da vila para ajudá-lo com a plantação, capina, colheita, limpeza e embalagem. Ele conta que todos os dias recebia ligações de compradores interessados na colheita do outono.

Os planos de Wang para este ano incluem aumentar as áreas plantadas de 26 hectares para 1026 hectares. Ele pretende alugar uma propriedade com terras arenosas, perto da cidade de Zhangjiakou, no norte de Hebei.

A chufa não é exatamente uma novidade na China. Originário da África e do Mediterrâneo, o tubérculo desembarcou pela primeira vez no país em 1952, graças ao Instituto de Botânica da Academia Chinesa de Ciências. Segundo o instituto, o óleo de chufa é comparável ao azeite de



oliva, tanto em quantidade como em qualidade.

Em novembro do ano passado, o Departamento de Desenvolvimento Rural, que é ligado ao Ministério de Ciência e Tecnologia, realizou um seminário sobre as inovações no setor, discutindo como a chufa poderia reduzir a dependência da China nas importações de soja. Os representantes de várias províncias disseram que estavam prontos para promover a rápida expansão das plantações de chufa para ajudar nesse processo.

Para algumas pessoas, a chufa é a alternativa perfeita à soja, mas outras se perguntam se os benefícios do tubérculo não foram exagerados por aqueles que lucram com as vendas.

A *Cyperus esculentus* tem um passado meio manchado. Nos anos 70, a planta causou frenesi e as plantações se

multiplicaram, mas isso durou pouco tempo. A chufa ganhou destaque novamente nos anos 90, época em que houve pressão para a diversificação das culturas. Na época, Xi Yuanlin tinha 30 e poucos anos e trabalhava em uma fazenda em Shaanxi, onde o tubérculo era cultivado em uma área pantanosa de dois hectares.

Como a planta lembra muito uma praga comum do pântano, a capina era muito trabalhosa. Outro problema é que a textura mais grossa da chufa dificultava a sua retirada do solo. No fim, a colheita rendeu apenas 180-300 quilos, o que não conseguiu compensar os custos e a mão de obra.

Xu decidiu que nunca mais plantaria a chufa. Passaram-se seis ou sete anos até a terra ficar completamente livre da planta, que brota dos tubérculos e tem raízes que alcançam meio metro de profundidade – não pode

sobrar um único fragmento no campo, senão ela volta.

“Se você quer cultivar oleaginosas, é melhor escolher o amendoim ou o girassol. Eles crescem em terra arenosa assim como a chufa, mas a tecnologia e o mercado estão mais bem desenvolvidos”, disse Xu. “Essa superpromoção das plantações de chufa só vai dar prejuízo para muitos produtores”.

UM MERCADO JOVEM

Apesar das preocupações de Xu, Wang Sanxiu permanece confiante: “As lavouras de chufa aproveitam terra arenosa estéril e ajudam a enriquecer os produtores. Assim que a tecnologia se desenvolver mais, os problemas de produção serão todos resolvidos”.

Uma equipe da Academia de Ciências Agrícolas da China buscou incorporar tecnologia na própria chufa. Em janeiro do ano passado, depois de dez anos de trabalho, ela lançou o “Tiger Nut 1”. Para obtê-lo, usou radiação para aumentar as mutações desejáveis na planta. A lavoura resultante rendeu uma colheita de 34 quilos do tubérculo por hectare – um número expressivamente maior do que o obtido por Xu nos anos 90 –, além de produzir quatro vezes mais óleo do que a soja, e duas vezes mais do que a canola.

Em agosto do ano passado, a mesma equipe anunciou o “Tiger Nut 2”, com uma superfície mais lisa que facilita a colheita. O rendimento é de 38 quilos por hectare plantado. 🇺🇸



Adoção de práticas sustentáveis ainda é desafio no Brasil, mas mercado consumidor pode guiar mudança. (Foto: Divulgação)

[Cleyton Vilarino](#)

Hábitos de consumo de chineses são elemento chave para agricultura sustentável no Brasil

Especialistas presentes no Sustainable Food Summit falam da importância da China para futuro verde

Com as taxas de desmatamento em ascensão e a caminho de aprovar leis ainda mais lenientes para agrotóxicos, o Brasil ainda patina no fortalecimento de uma agricultura sustentável. A chave para destrancar o processo pode estar a dois oceanos de distância, onde vivem os maiores importadores de produtos agrícolas brasileiros: os chineses.

A importância das transformações nos hábitos

de consumo dos chineses, cujo poder de compra só faz crescer, é essencial para acelerar as mudanças no modelo de produção do agronegócio brasileiro, segundo destacaram especialistas reunidos no Sustainable Foods Summit em São Paulo na semana passada.

“Se essa mudança vier, ela virá da exigência desses mercados”, afirma Caio Penido, presidente do Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável

(GTPS), ao comentar o papel da Ásia e do Oriente Médio na balança comercial do Brasil. “Seria o casamento perfeito: a gente conseguiria intensificar nossas áreas degradadas sem ter desmatamento ilegal, ofertando alimentos para essa região”.

A quarta edição latino-americana do evento discutiu o futuro de programas de certificação e sustentabilidade na indústria de alimentos. O evento apresentou um contexto de oportunidades para o setor, que tem buscado adotar práticas de proteção ao meio ambiente. Mas, segundo Penido, ainda há resistência de boa parte dos produtores diante dos custos e das incertezas sobre os impactos econômicos que o modelo poderia gerar.

“Ele me pergunta: ‘o que que eu ganho com isso?’”, diz Penido.

Ainda falta remuneração pelas práticas sustentáveis, o que poderia mudar caso consumidores mais exigentes, dentro e fora do Brasil, estivessem dispostos a pagar mais por elas. A China firmou-se como o principal deles há quase uma década, em 2009, e por isso teria um papel importante nesta transformação.

Uma agricultura mais sustentável teria grande impacto. Segundo estudo da Embrapa Territorial, o Brasil possui atualmente cerca de 66% do seu território preservado como mata nativa. Desse



Caio Penido é presidente do Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável.

Foto: Divulgação

montante, um terço foi identificado dentro de propriedades rurais. Apesar de retratarem um desafio, os números também mostram o quanto o Brasil pode oferecer a um consumidor preocupado em preservar o verde.

“Alguém precisa explicar para os importadores chineses que essas são características que poucos países podem dar”, defende Penido.

POR QUE PAGAR MAIS?

Projetos de desenvolvimento sustentável na área de produção de alimentos não faltam, mas sua aplicação ainda esbarra em custos e na resistência do consumidor em pagar um pouco mais por esses serviços ambientais. “Muitas vezes o consumidor diz que quer [um produto sustentável], mas será que ele está disposto a pagar um ou dois reais a mais? “, provoca Richard Lee, diretor de sustentabilidade da

multinacional de cervejarias Ambev.

Na China, há sinais de que o terreno é fértil para uma transformação maior nos hábitos de consumo. Segundo uma pesquisa nacional de opinião divulgada no ano passado, 73,7% dos chineses estão dispostos a gastar mais por produtos ecológicos.

Deise Caron, gerente de certificação da FoodChain ID, acredita que a demanda por produtos certificados por seu compromisso com a sustentabilidade deve se expandir para outros países em breve. “A gente acha que mesmo China e EUA já estão tendo uma demanda maior por produtos sustentáveis”, aponta a executiva.

Entre as razões para o avanço do consumo responsável na China, Augusto Freire, presidente da Fundação ProTerra, destaca o aumento da classe média chinesa nos últimos anos.

“A classe média da China é maior do que a população brasileira. E eles já estão pagando mais por produtos mais seguros”, afirma Freire ao reconhecer que ainda há um consumo muito forte “na base da pirâmide”, onde há menor preocupação com questões de sustentabilidade.

“Para ração, é soja transgênica, mas para comida é não-transgênica, importada do Brasil com certificação e tudo mais. É uma questão de tempo [para o consumo sustentável avançar na China]”, diz Freire.



Deise Caron, gerente de certificação da FoodChain ID, durante o evento. Foto: Divulgação

Segundo dados do serviço alfandegário chinês, o país dobrou o volume de soja importada do Brasil em outubro de 2018, comparado ao mesmo período de 2017. O volume passou de 3,38 milhões de toneladas em 2017 para 6,92 milhões de toneladas este ano. No caso da soja americana, as importações chinesas caíram de 1,33 milhão de toneladas em outubro de 2017 para apenas 66,9 mil toneladas em 2018, acompanhando a escalada da guerra comercial entre os dois países.

E o fortalecimento da China como mercado importador do Brasil pode ser uma oportunidade de ampliar práticas sustentáveis na agricultura brasileira. Afinal, nos últimos anos, a China vem liderando esforços para conter as mudanças climáticas.

“O presidente Xi, ao ver que o Trump saiu do Acordo de Paris, viu nisso

uma possibilidade de se projetar como uma liderança mundial em sustentabilidade. Se bem conduzido pelo setor, temos a possibilidade de fazer um acordo onde aumentemos a venda para China garantindo as boas práticas no campo”, aposta Penido, do GTPS.

Mas nem todo o poder está nas mãos de governos. Para além dos mercados consumidores, as grandes marcas são atores importantes para o estímulo a uma produção mais sustentável.

“O principal motor dos mercados internacionais são as empresas de alimentos e bebidas. Embora EUA e China sejam o maior mercado de exportação do Brasil, é possível que não sejam o destino da produção sustentável do país – e as marcas têm a palavra final sobre para onde vai essa produção”, explica Miguel Hernandez, diretor regional

da Bonsucro, certificadora do setor sucroenergético reconhecida por diversos países, entre eles o exigente mercado consumidor europeu.

NOVO GOVERNO, NOVAS INCERTEZAS

Ainda assim, é necessário que haja políticas públicas claras para as boas práticas na agricultura. “O Brasil pode mais que dobrar a produção sem mexer em nenhum hectare de terra do Cerrado ou da Amazônia, apenas recuperando áreas improdutivas e degradadas”, explica Freire, diretor da Proterra. “Mas, para isso, precisa de políticas públicas”.

Mas o novo governo sendo desenhado pelo presidente-eleito Jair Bolsonaro parece distante destas preocupações. Bolsonaro ameaçou tirar o Brasil do Acordo de Paris e trabalhou para que o país desistisse de receber a Conferência do Clima da ONU de 2019.

A imagem do Brasil saiu arranhada no mercado internacional. Freire lembra como o Brasil estava ganhando mais credibilidade ao exibir queda no desmatamento no início dos anos 2000, e implementar políticas como a moratória da soja, um compromisso da indústria da soja pelo desmatamento zero na Amazônia.

“Mas agora está todo mundo apreensivo com o que vai acontecer”, lamenta Freire. “Isso é muito ruim para a imagem do Brasil”.





Diálogo Chino



O *Diálogo Chino* é o único site de jornalismo independente dedicado a destrinchar as relações China-América Latina e seus desafios para o desenvolvimento sustentável.



Diálogo Chino

Londres: China Dialogue Trust, 15 Printing House Yard,
Perseverance Works, London, E2 7PR
United Kingdom

Contato: informacion@dialogochino.net

 [@dialogochinoPT](https://twitter.com/dialogochinoPT)  [@dialogochino](https://facebook.com/dialogochino)